



**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL E EDITORA DE SANTA CATARINA/ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO  
GERÊNCIA DE RECUPERAÇÃO DOCUMENTAL  
SUPERVISÃO DO ARQUIVO PERMANENTE, BIBLIOTECA DE APOIO E PESQUISA**

**LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO DA ESTRUTURA  
ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA E OUTROS  
(1835/2003)**

**CAIXA 17**

**Florianópolis, Junho de 1997**

**Florianópolis, Agosto de 2012.**



**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL E EDITORA DE SANTA CATARINA/ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO  
GERÊNCIA DE RECUPERAÇÃO DOCUMENTAL  
SUPERVISÃO DO ARQUIVO PERMANENTE, BIBLIOTECA DE APOIO E PESQUISA**

**LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO DA ESTRUTURA  
ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA E OUTROS  
(1835/2003)**

**Realização: Romualdo B. Ferlin em junho de 1997.  
Atualização e Digitação: Waldemir de Andrade Santos  
Correção: Giovania Nunes**

**Florianópolis, Agosto de 2012.**



**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL E EDITORA DE SANTA CATARINA/ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO  
GERÊNCIA DE RECUPERAÇÃO DOCUMENTAL  
SUPERVISÃO DO ARQUIVO PERMANENTE, BIBLIOTECA DE APOIO E PESQUISA**

Apresentação,

O Levantamento da Legislação da Estrutura Administrativa do Estado de Santa Catarina se refere às Leis, Decretos e Decretos-Leis, que focalizará a máquina administrativa estadual sob o ângulo da especificidade de suas atribuições, permitindo fazer um corte transversal, mostrando os órgãos que se sucederam na execução da mesma atividade.

Foi feito levantamento sistemático de todas as atividades passíveis de terem sua evolução acompanhada por ordem desucessão, abrangendo, aproximadamente, trinta atividades. Optamos nesse segundo momento, em levantar também as estruturas administrativas de outras instituições, visando auxiliar na descrição arquivística dos fundos documentais do Arquivo Público. Porque, mostrando os órgãos que executaram a mesma atividade, permite estabelecer o nexu jurídico e administrativo existente entre os mesmos, encadeando-os numa seqüência que facilita os trabalhos de pesquisa. Permite ver a grande rotatividade de órgãos que *existiram* para a mesma função.

A realização deste levantamento foi feita por Romualdo B. Ferlin, Técnico em Administração da Coordenadoria de Documentação e Publicações da Secretaria de Estado da Administração em 1989, assim como a apresentação do mesmo, publicada na Revista Agora v. 5, n. 10 de 1989. Considerando ser de extrema importância para a descrição arquivística dos fundos documentais do Arquivo Público do Estado, o mesmo foi atualizado em agosto de 2012, porém há lacunas.

## ÍNDICE

ÁGUA E SANEAMENTO.....	06/11
ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA.....	12/14
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, CONTABILIDADE E AUDITORIA .....	15/16
ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL (AQUISIÇÃO, FORNECEDORES, PADRONIZAÇÃO, GUARDA E DISTRIBUIÇÃO).....	17/19
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL.....	20/22
AGRICULTURA PECUARIA E APICULTURA.....	23/25
ASSISTENCIA AOS MUNICIPIOS.....	26/27
ASSISTENCIA SOCIAL (ORIENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE).....	28/31
ATENDIMENTO AO MENOR.....	32/33
CAÇA E PESCA.....	34/35
CADASTRO TERRITORIAL, TERRAS DEVOLUTAS, COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.....	36/38
CIENCIA E TECNOLOGIA.....	39/40
CONSULTORIA JURIDICA (REPRESENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL E ASSESSORAMENTO JURIDICO DO ESTADO).....	41
DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE.....	42
EDUCAÇÃO.....	43/47
ENERGIA ELÉTRICA.....	48/50
ESPORTE.....	51/52
GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA (ELABORAÇÃO DE MAPAS E DEMARCAÇÃO DE LIMITES).....	53/54
INDUSTRIA E COMERCIO.....	55/57
INSTITUIÇÕES CULTURAIS (MUSEUS, TEATROS E BIBLIOTECAS E ARQUIVOS).....	58/60

JUSTIÇA.....	61/63
MEIO AMBIENTE, DEFESA AMBIENTAL E ECOLOGIA.....	64/67
OBRAS PÚBLICAS (CONSTRUÇÃO CIVIL, CONSTRUÇÃO, CONSERVAÇÃO E REFORMA DE OBRAS PÚBLICAS).....	68/69
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.....	70/72
PREVIDENCIA DO SERVIDOR PÚBLICO.....	73/74
PROCESSAMENTO DE DADOS.....	75/76
PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS.....	77/78
SAÚDE PÚBLICA.....	79/82
SEGURANÇA PÚBLICA (POLICIA CIVIL).....	83/84
SEGURANÇA PÚBLICA (POLÍCIA MILITAR).....	85/87
SISTEMA FINANCEIRO.....	88/94
TRABALHO (FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA, TEINAMENTO, MERCADO DE TRABALHO, SINDICATOS E ASSISTENCIA AS ENTIDADES DE CLASSE).....	95/96
TRANSPORTE E OBRAS.....	97/99
TURISMO.....	100/101
<b>ATIVIDADES DIVERSAS</b>	102/104
ARMAZENAMENTO.....	103
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO.....	103
CONGRESSO REPRESENTATIVO.....	103
JUNTA COMERCIAL.....	104
PORTO DE SÃO FRANCISCO.....	102

**ATIVIDADE: Água e Saneamento**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
SERVIÇO DE ESGOTOS	DEC.	923	09/03/1916	Regulamento do serviço de esgotos da capital
DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO	LEI	1.196	26/09/1918	Cria, subordinada a Secretaria da Fazenda, Viação e Obras Públicas, atribuindo-lhe, entre outras, as atividades de abastecimento de água e esgotos (exceto os da capital, para o qual foi criada a Inspetoria de Esgotos).
INSPETORIA DE ESGOTO	LEI	1.196	26/09/1918	Cria a Inspetoria de Esgotos da Capital. Subordina a Secretaria de Obras Pública e Viação.
	LEI	1.206	18/10/1918	
INSPETORIA DE ÁGUA E ESGOTOS	DEC.	22	16/05/1919	Altera a denominação da Inspetoria de Esgotos da Capital para Inspetoria de Água e Esgotos. Extingue, passando seus serviços para a Diretoria de Obras Pública.
	LEI	1.539	08/10/1926	

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS	LEI	1.539	08/10/1926	Altera a denominação da Diretoria de Viação e Obras Públicas para Diretoria de Obras públicas, atribuindo-lhe a fiscalização dos serviços de Água e Esgotos.
SERVIÇO DE ÁGUAS E ESGOTOS DE FLORIANÓPOLIS	DEC.	11	19/02/1930	Regulamento do Serviço de Águas e Esgotos de Florianópolis.
DIRETORIA DE ÁGUA E ESGOTOS	LEI	2.427	22/10/1960	Transforma o Serviço de Águas e Esgotos em Diretoria de Águas e Esgotos, subordinado a Secretaria da Viação e Obras Públicas.
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA SANITÁRIA – DAES	LEI	3.058	30/05/1962	Cria, para executar atividades de Engenharia Sanitária e para administrar os Serviços de Águas e Esgotos que lhe forem confiados. Regimento. Extingue.
	DEC.	8.903	03/02/1970	
	LEI	4.701	30/12/1971	
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE OBRAS E SANEAMENTO - DEOS	LEI	3.092	18/09/1962	Cria, para construção e exploração de obras de saneamento, drenagens, controle e defesa de inundações. Organiza Extingue
	DEC.	1.326	25/05/1964	
	LEI	4.174	03/06/1968	

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
COMPANHIA DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN	LEI	4.547	31/12/1970	Autoriza Constituição (art.43)
	DEC.	58	30/04/1971	Normas para constituição
	DEC.	59	30/04/1971	Cria Comissão Constitutiva
	-	-	-	Estatuto, publicado no Diário Oficial do Estado de 10/03/1978.
	DEC.	7.290	16/03/1979	Vincula ao Gabinete do Vice-Governador
	DEC.	17.035	08/06/1980	Vincula ao Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral.
	DEC.	28.541	24/02/1986	Ficam vinculadas, para efeitos de supervisão, coordenação, fiscalização e controle, a Secretaria da Fazenda.
	DEC.	1.250	30/12/1987	Vincula à Secretaria do Desenvolvimento Urbano do Meio Ambiente.
COMISSÃO INTERSECRETARIA DE SANEAMENTO RURAL	DEC.	7	27/03/1987	Ficam desvinculadas dos Órgãos indicados no art.1º do Dec. 19.381, de 13/05/1983, e vinculadas, para efeito de supervisão, coordenação, fiscalização e controle, ao Gabinete do Secretário de Estado Extraordinário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.
	DEC.	1.146	16/12/1987	Cria, vinculada ao Gabinete do Secretário Extraordinário do Desenvolvimento Urbano e do meio ambiente.



ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
COMPANHIA HIDROMINERAL DA IMPERATRIZ - HIDROCALDAS	MANIFESTO	1042	25/03/1942	Através deste, foi dado ao Governo do Estado de Santa Catarina, o direito de lavra das fontes “CALDAS DA IMPERATRIZ”. Em 1976, o Governo sustou a Concessão de exploração da estância; manteve o estabelecimento fechado por um ano, procedendo a ampla reforma. No ano seguinte o Governo criou a Companhia Hidromineral da Imperatriz – HIDROCALDAS. Em 1978, a Hidrocaldas participou do empreendimento com a Rede Plaza de Hotéis, possibilitando a construção do hotel, em funcionamento desde 1981.
	DEC.	19.381	13/05/1983	Art. 1º - Ficam vinculadas, para efeito de supervisão, coordenação, fiscalização e controle, as seguintes entidades: XIII - à Secretaria da Indústria e do Comércio: c) a Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz- HIDROCALDAS, como subsidiária da CODISC
	DEC.	440	26/08/1987	Dispõe sobre a convocação de Assembleias Gerais para fins de desativação.
	DEC.	1287	15/01/1988	Autorização para doação de bens moveis.

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
COMPANHIA HIDROMINERAL DE PIRATUBA - CHP	DEC.	696	27/07/1974	Cria, em março de 1975 por autorização do Governo do Estado.
	LEI MUNICIPAL	022	08/04/1974	Art. 1º, Fica autorizado o Poder Executivo a constituir sociedade anônima de economia mista destinada à exploração da Estância Hidromineral do Município.
	DEC.	440	26/08/1987	Dispõe sobre a convocação de Assembleias Gerais, para fins de desativação.
	DEC.	1837	19/05/1997	Art. 1º Fica a Secretaria de Estado da Fazenda autorizada a alienar ao Município de Piratuba, por meio de doação, as ações que possui o Estado de Santa Catarina na Companhia Hidromineral de Piratuba.
COMPANHIA HIDROMINERAL DO OESTE CATARINENSE – HIDROESTE	LEI	5.362	03/11/77	Dispõe sobre a constituição da Companhia Hidromineral do Oeste Catarinense, sob forma de Sociedade por Ações.
	DEC.	6.101	14/11/1978	Art. 1º - O artigo 4º do Decreto nº 410, de 06 de junho de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação: art. 4º - São vinculados à Secretaria da Indústria e Comércio as seguintes entidades da Administração Indireta: I Autarquia: h) - Companhia Hidromineral do Oeste Catarinense – HIDROESTE.”
	DEC.	7.290	16/03/1979	Dispõe sobre a vinculação de Entidades para efeitos de Supervisão Governamental.
Continua...				

	DEC.	19.381	16/05/1983	Art. 1º - Ficam vinculadas, para efeito de supervisão, coordenação, fiscalização e controle, as seguintes entidades:  XIII - à Secretaria da Indústria e do Comércio: b) a Companhia Hidromineral do Oeste Catarinense - HIDROESTE, como subsidiária da CITUR
	DEC.	29.580	11/07/1986	Autoriza a desestatização da Companhia do Oeste Catarinense - HIDROESTE, e dá outras providências.
	DEC.	7	27/03/1987	Art. 1º - Ficam desvinculadas dos órgãos indicados no artigo 1º do Decreto nº 19.381, de 13 de maio de 1983, e vinculadas, para efeito de supervisão, coordenação, fiscalização e controle, as seguintes entidades: IV - à Secretaria da Indústria e do Comércio: b - a Companhia Hidromineral do Oeste Catarinense - HIDROESTE
	DEC.	440	26/08/1987	Dispõe sobre a convocação de Assembleias Gerais, para fins de desativação.

**ATIVIDADE: Administração Fazendária**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
PROVEDORIA DA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA	LEI	56	21/03/1837	Cria, com as funções de arrecadação, distribuição, contabilidade e fiscalização de rendas.
ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA PROVINCIAL	LEI	304	12/04/1850	Cria, responsável pela administração, fiscalização, contabilidade, escrituração e distribuição das rendas e despesas.
DIRETORIA GERAL DA FAZENDA PROVINCIAL	LEI	499	22/05/1860	Reorganiza a Administração da Fazenda Provincial, que passa a denominar-se Diretoria Geral da Fazenda Provincial. No período de 1880 a 1889, na área fazendária a junção do Consulado com a Tesouraria, dá origem ao Tesouro Provincial.
SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA	LEI	109	30/10/1893	Cria e extingue a Secretaria do Governo
SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E FINANÇAS	LEI	328	23/09/1898	Cria, constituída da Diretoria da Fazenda, do Tesouro do Estado e da Diretoria da Indústria, Colonização e Obras Públicas.
SECRETARIA DOS NEGOCIOS DA FAZENDA	LEI	445	13/10/1899	Cria, as Secretarias dos Negócios da Fazenda e a dos Negócios do Interior.

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
SECRETARIA GERAL DOS NEGÓCIOS DO ESTADO / TESOURO DO ESTADO	LEI	518	04/09/1901	Restabelece o Tesouro do Estado e extingue a Secretaria dos Negócios da Fazenda.
	DEC.	319	15/03/1907	Reforma o Tesouro do Estado, como órgão Central da Administração Fazendária, constituído das Subdiretorias de Contabilidade e de Rendas; as Estações Fiscais são as regionais do Tesouro do Estado.
SECRETARIA DA FAZENDA, VIAÇÃO OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA	LEI	1.196	26/09/1918	Divide a Secretaria Geral dos Negócios do estado em Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura.
	DEC.	55 B	06/12/1929	Regulamento
SECRETARIA GERAL	LEI	1.522	07/11/1925	Funde as Secretarias do Estado: Interior, Justiça, Fazenda, Viação e Obras Pública em Secretaria Geral. Funde Diretoria de Viação, Obras Pública e Terras em uma só Diretoria.
SECRETARIA DA FAZENDA E DA AGRICULTURA	LEI	13	14/11/1935	Cria a Secretaria da Viação e Obras Públicas, reorganizando os serviços da Secretaria da Fazenda e Agricultura.

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
SECRETARIA DOS NEGOCIOS DA FAZENDA	DEC. LEI	393	19/12/1939	Transfere para a Secretaria da Viação e Obras Públicas os Serviços de Agricultura e denomina esta de Secretaria dos Negócios da Fazenda
	DEC. LEI	583	28/11/1941	Subordina diretamente à Secretaria da Fazenda o Serviço de Inspeção da Fazenda e das Coletorias.
	DEC. LEI	504	26/12/1941	Disciplina os Serviços de Inspeção da Fazenda.
	LEI	4.262	31/12/1968	Reorganiza
	DEC.	8.212	01/08/1969	Extingue o Serviço de Fiscalização da Fazenda e cria o Departamento de Fiscalização.
	LEI	4.547	30/12/1970	Fixa atribuições
	LEI	5.089	30/04/1975	Fixa atribuições

**ATIVIDADE: Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
				Antes da centralização da Contabilidade do Estado no Tesouro do Estado através do Decreto nº 83 de 30/12/1931, a Contabilidade era executada por órgão do Tesouro, mas sem haver centralização.
TESOURO DO ESTADO / CONTADORIA DO ESTADO	DEC.	83	30/12/1931	Cria, como órgão centralizado da Contabilidade do Estado.
CONTADORIA GERAL DO ESTADO - CGE	DEC. DEC. LEI LEI DEC.	43 222 1.565 1.582	29/06/1934 21/09/1946 09/11/1956 29/11/1962	Cria; extingue a Contadoria do Estado Reorganiza Reorganiza Regimento

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, CONTABILIDADE E AUDITORIA – CAFCA	LEI	4.547	31/12/1970	(Art. 32) Os serviços de Contabilidade são organizados em Sistema, integrado por todos os órgãos que executam esta atividade. Obs.: As Leis 5089/75 e 5516/79 também mencionam o Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria e a Lei 7375/88 menciona o Sistema de Administração Financeira.
	DEC.	402	06/06/1975	Cria, como órgão integrante da Secretaria da Fazenda
	DEC.	70	09/02/1976	Organiza o Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria cujo órgão central é a CAFCA.
	DEC.	4.770	12/04/1978	Integra a estrutura básica da Secretaria da Fazenda.
	DEC.	4771	12/04/1978	Dispõe sobre o funcionamento (Artigo 40 a 47 )
	DEC.	190	25/06/1987	Transforma em Coordenadoria de Administração Financeira.
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	DEC.	190	25/06/1987	Sucedee a extinta Coordenação de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria.
CONSELHO DE ECONOMIA E FINANÇAS DE SC	DEC.-LEI	136	12/07/1938	Cria



**ATIVIDADE: Administração de Material (aquisição, cadastro de fornecedores, padronização, guarda e distribuição de material)**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
	LEI	204	08/11/1937	Cria o cargo de Almojarife Geral, subordinado à Secretaria da Fazenda, atribuindo-lhe competência para efetuar as compras das Repartições nas quais estiverem instalados Almojarifados.
COMISSÃO DE ESTUDOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS - CESPE	DEC.	748	02/03/1943	Atribui a Comissão Estadual dos Serviços Públicos Estaduais – CESPE competência para fixar padrões do material destinado ao Serviço Público e fixar normas para seu provimento e guarda.
DEPARTAMENTO CENTRAL DE COMPRAS – DCC	LEI	2.772	27/07/1961	Autoriza criar, para centralizar as compras do Serviço Público Estadual.
	DEC.	382	25/08/1961	Cria e fixa área de competência; vinculado à Secretaria da Fazenda.
	LEI	4.041	22/09/1967	Organização administrativa; subordinada ao Governador.
	DEC.	6.243	29/11/1967	Regimento Interno
	LEI	4.888	05/07/1973	Subordina a Secretaria da Fazenda
	LEI	5.089	30/04/1975	Transforma em Órgão Autônomo (art. 80 )
	DEC.	985	17/09/1975	Estrutura organizacional básica
Continua...				Obs.: Pelos Dec. Nº 200 e 201, de 07/05/1975 foi criada, na Secretaria de Administração, a Coordenação do Sistema de Material, que não chegou a ser implantada. Pelos Decretos nº 4266 e 4267, de 29/12/1977

	LEI	5295	19/04/1977	foi criada, na Sec. Da Adm., a Coordenação dos Serviços Gerais, a qual foi atribuída a competência de adm. De material, como órgão normativo; neste particular, também não funcionou. É Órgão Autônomo, vinculado à Secretaria da Fazenda.
	DEC.	2307	08/03/1977	Estrutura administrativa
	DEC.	2308	08/03/1977	Regimento interno e cargos em comissão
	DEC.	19.245	15/03/1983	Transfere para a Secretaria da Administração como órgão autônomo.
	DEC.	23.749	19/10/1984	Transforma em Departamento de Administração de Material.
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL - DAM	DEC.	23.749	19/10/1984	Cria, pela transformação do Departamento de Compras, vinculado à Secretaria da Administração.
	DEC.	23.750	19/04/1984	Cria o Sistema de Administração de Material, tendo seu órgão central sediado no Departamento de Administração de Material – DAM
	DEC.	24.851	15/02/1985	Estrutura organizacional a competência
	DEC.	1013	30/11/1987	Transforma em Coordenadoria de Administração de Material – CAM
<b>ÓRGÃO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>			<b>ASSUNTO</b>
	<b>ESPÉCIE</b>	<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL – CAM	DEC.	1013	30/11/1987	Cria, pela transformação do Departamento de Administração de Material.
--------------------------------------------------	------	------	------------	------------------------------------------------------------------------

---

**ATIVIDADE: Administração de Pessoal**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
COMISSÃO ESTADUAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESTADUAIS – CESPE	DEC. LEI	748	02/03/1943	Cria, subordinado ao Interventor Federal (Nereu Ramos)
	DEC. LEI	2.074	20/08/1949	Reorganiza
	DEC. LEI	175	14/12/1960	Regimento
	LEI	2.961	18/12/1961	Extingue por transformações
DEPARTAMENTO DE ORIENTAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS - DORSP	LEI	2.961	18/12/1961	Transforma a Comissão dos Serviços Públicos Estaduais em Departamentos de Orientação e Racionalização dos Serviços Públicos. Regimento Interno
	DEC.	1.223	08/01//1964	
	LEI	5.516	28/02/1970	Dá nova redação à Lei 5.089/79. É mantida durante o Governador Jorge Konder e Esperidião Amin.
	LEI	4.547	31/12/1970	Absorvido pela Secretaria de Administração. (o Arquivo Público possui o organograma).
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL  Continua...	LEI	4.547	31/12/1970	Cria, na Secretaria de Administração, o Sistema de Pessoal Civil.
	DEC.	927	14/10/1971	A Coordenação do Sistema de Pessoal é Órgão Central do Sistema de Pessoal.
	DEC.	716	04/10/1972	Implanta o Sistema de Pessoal Civil
	DEC.	201	07/05/1973	Regimento da Secretaria da Administração
	DEC.	523	26/04/1975	Dispõe sobre implantação e organização do Sistema de Pessoal Civil.
	LEI	5.098	30/04/1975	Fixa área de competência da Secretaria de Administração.

	DEC.	409	06/06/1975	Estrutura básica da Secretaria da Administração
	DEC.	2.959	12/07/1977	Estrutura do Sistema de Pessoal Civil
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO / COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL	LEI	5.295	19/04/1977	Transforma a Secretaria da Administração em Secretaria da Administração e Trabalho
	DEC.	2.614	17/04/1977	Estrutura básica; a Coordenação do Sistema de Pessoal é o Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil.
	DEC.	2.690	13/07/1977	Regimento e cargos em comissão da Secretaria da Administração e Trabalho.
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO / COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL          Continua....	LEI	5.516	28/02/1979	Transforma a Secretaria de Administração e Trabalho em Secretaria de Administração.
	DEC.	27.264	03/11/1985	Aprova o regimento interno da SEA. E como órgão autônomo o DAM.
	DEC.	1.013	30/11/1987	A Coordenadoria de Administração de Pessoal é o Órgão Central do Sistema de Pessoal; reorganiza a Secretaria da Administração.
	LEI	7.375	20/07/1988	Fixa área de competência da Secretaria da Administração, que passa a ser o Órgão Central do Sistema do Sistema de Pessoal e do Sistema de Administração de Serviços Gerais
	LEI	8.240	12/04/1991	Art. 1º Cria a Secretaria de Estado da Justiça e Administração e no art. 19 extingue a Secretaria da Administração.
	LEI	8.245	18/04/1991	Art. 42 define as atribuições da Sec. De Estado da Justiça e Adm. E mantém como

	LEI	8.901	17/12/1992	<p>órgão central dos Sistemas de Administração de Pessoal Civil e de Serviços Gerais.</p> <p>Cria e altera a denominação dos Sistemas: I de Adm. De Pessoal Civil para Sistema de Adm. De RH; II de Serviços Gerais p/ Sistema de Adm. de Materiais e Serviços; III Cria o Sistema de Administração Organizacional e Patrimonial.</p> <p>Art. 109 extingue a Secretaria de Estado da Justiça e Administração.</p> <p>Altera a Lei 9831/95, art. 40.</p>
	LEI	9.831	17/02/1995	
	LEI	9.904	03/08/1995	

**ATIVIDADE: Agricultura, Pecuária e Apicultura**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
SECRETARIA DO INTERIOR	LEI	445	13/10/1899	Atribui as atividades ligadas a Agricultura.
SECRETARIA GERAL DOS NEGÓCIOS DO ESTADO	LEI	518	03/09/1901	Atribui as atividades ligadas a agricultura.
	LEI	554	15/03/1902	Na Lei Orçamentária consta uma Estação Agronômica, embrião de um serviço de experimentação agrícola.
SECRETARIA DA FAZENDA, VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA	LEI	1.196	26/09/1918	Atribui os serviços relativos a agricultura, através da Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura.
	DEC.	82	1931	Cria o Serviço de Expansão Agrícola e Pastoril.
SECRETARIA DA FAZENDA E DA AGRICULTURA	LEI	13	14/11/1935	Autoriza reorganizar.
SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA	LEI	393	19/12/1939	Transfere para a Secretaria da Viação e Obras Públicas os serviços de agricultura.
ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	

SECRETARIA DA AGRICULTURA	LEI	786	1952	Cria, desmembrada da Secretaria da Viação, Obras e Agricultura.
	DEC.	429	08/06/1953	Organiza
	DEC.	16	31/08/1955	Regulamento
	LEI	3.151	20/12/1952	Reorganiza
	LEI	3.914	11/10/1966	Reorganiza
	LEI	4.547	31/12/1970	Fixa área da competência
	DEC.	673	1971	Regimento
SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	LEI	5.089	1975	Altera denominações e confere novas atribuições.
	DEC.	406	06/06/1975	Estrutura organizada básica
	DEC.	1.243	20/08/1976	Estrutura organizacional básica
	DEC.	1.244	20/08/1976	Regimento e cargos em comissão
	DEC.	2.612	17/05/1977	Estrutura organizacional básica
	DEC.	4.806	17/04/1978	Regimento e cargos em comissão
	DEC.	15.227	13/10/1981	Cria o Instituto de Apicultura da Santa Catarina
	DEC.	17.212	07/07/1982	Estrutura organizacional básica
	DEC.	17.864	08/09/1982	Regimento e cargos em comissão
	DEC.	33	21/04/1987	Atribui as atividades de irrigação e drenagem.
SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ABASTECIMENTO E DA IRRIGAÇÃO.	DEC.	1.675	1988	Altera a denominação e confere novas atribuições.
	DEC.	1.488	1988	Atribui a supervisão da Comissão de Microbacias Hidrográficas.
SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	MED. PROVISÓRIA	6	15/03/1991	Atribui competência
ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	



COMPANIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA DE SANTA CATARINA – CIDASC	DEC.	7.290	16/03/1979	Dispõe sobre a vinculação de entidades para efeito de Supervisão Governamental.
	DEC.	17.212	07/07/1982	Art. 4º - São vinculadas à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento as seguintes entidades: II - Sociedade de Economia Mista: Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC.
	DEC.	17.864	08/09/1982	Aprova o Regimento Interno da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento com a nominata dos cargos de provimento em comissão.
	DEC.	19.381	13/05/1983	Art. 1º - Ficam vinculadas, para efeito de supervisão, coordenação, fiscalização e controle, as seguintes entidades: VIII - à Secretaria dos Transportes e Obras:  c) a Companhia Integrada de Desenv. Agrícola de Santa Catarina – CIDASC.
	DEC.	1675	17/05/1988	Art. 1º - A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, órgão integrante da estrutura da Administração Direta Estadual passa a denominar-se Secretaria de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação.  Art. 2º - A estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação compreende:  V – Nível de Atuação Descentralizada: Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC.

**ATIVIDADE: Assistência aos Municípios**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	DEC. LEI	31	25/01/1938	Cria, como órgão de assistência técnica aos municípios e fiscalizador de suas finanças. Regulamento.
	DEC. LEI	380	02/02/1938	
DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES	DEC. LEI	497	13/12/1940	Transforma o Departamento de Administração Municipal em Departamento das Municipalidades. Extingue
	LEI	180	22/11/1948	
ASSESSORIA MUNICIPAL	LEI	2.055	04/08/1959	Cria, subordina a Secretaria do Interior e Justiça. Fixa atribuições Reorganiza e atribui a denominação de Assessoria Municipal do Estado. Absorvida pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico (art. 38)
	LEI	3.679	02/07/1965	
	LEI	3.770	17/12/1965	
	LEI	4.547	31/12/1970	
ESCRITÓRIOS DOS MUNICIPIOS	DEC.	1.319	13/04/1962	É órgão integrante da Secretaria Sem Pasta, responsável pela ligação do Estado com os Municípios. Atribui a competência de coordenar os assuntos de interesses das Prefeituras junto ao Governo Estadual. É órgão da Secretaria do Governo (art. 38)
	LEI	4.489	28/07/1970	
	LEI	4.547	31/12/1970	
ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	

SUBCHEFIA DE ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS	DEC.	18.708	16/12/1983	Fixa atribuições (art. 26); subordinada ao Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral.
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO OESTE CATARINENSE - CODOEST	LEI	5.089	30/04/1975	Em seu art. 212, fica o Poder Executivo autorizado a constituir a Companhia de Desenvolvimento do Oeste Catarinense – CODOEST, sob forma de Sociedade de Economia Mista.
	LEI	5.516	28/02/1979	Dá nova redação à Lei 5089/75
	DEC.	856	15/06/1976	Desvincula do Gabinete do Governador.
	DEC.	14.048	21/05/1981	Art. 4º - São vinculadas à Secretaria da Indústria e do Comércio: Companhia de Desenvolvimento do Oeste Catarinense - CODOESTE.
	DEC.	19.348	1983	Cria Comissão Constitutiva.

**ATIVIDADE: Assistência Social (Orientação e recuperação social, atendimento ao menor, desenvolvimento de comunidade)**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
DIRETORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	LEI	3.175	08/02/1963	Cria, como órgão coordenador das medidas de Assistência Social prestado pelo Estado.
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	LEI	4.547	31/12/1970	Cria, com a competência de fixar a política de Serviços Sociais, subordinando-lhe o IPESC e a COHAB e criando as Coordenações de: Serviço Social e de Trabalho e Emprego. O Departamento Autônomo do serviço Social, criado pela Lei 4547/70 (art. 36, XI) não chegou a funcionar, (não foi ativado).
SECRETARIA DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL	LEI	5.089	30/04/1975	Cria, com a atribuição de orientação e recuperação social, assistência ao menor e atividades de ação comunitária.
	DEC.	412	06/06/1975	Organiza, integrada pela Coordenadoria de Promoção Social e tendo como órgãos supervisionados: FUCAT, FUCABEM e COHAB.
Continua....	LEI	5.295	19/04/1977	A política de ação comunitária passa a ser da competência da Superintendência de Ação Comunitária, criada pelo art. 82 da Lei 5089/75 e extinta pelo art. 3º da Lei 5295/77. Esta Lei cria a Supervisão da Ação Comunitária, como órgão autônomo, vinculado ao Gabinete do Governador, que por sua vez, foi sucedida pela Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade.
	LEI	5.295	19/04/1977	Extingue, passando a Coordenação de Assistência Sindical para a Secretaria da

				Administração e Trabalho; a FUCABEM e Coordenação de Promoção Social, para Secretaria da Saúde e Promoção Social e vinculando a COHAB à Secretaria dos Transportes e Obras. Cria a Supervisão da Ação Comunitária, como órgão autônomo, vinculado ao Gabinete do Governador.
SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL	LEI	5.516	28/02/1978	(Art. 31 e 207) Cria, vinculando-lhe: FUCABEM, COHAB e FUCADESC. Esta mesma Lei (art. 103 e 113) cria a Fundação Catarinense para o Desenvolvimento de Comunidade – FUCADESC, cuja extinção é prevista no Dec. 405/87.
	DEC.	19.378	1983	Altera a denominação para Secretaria do Desenvolvimento Social.
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – COHAB  Continua....	DEC.	2.611	17/05/1977	Art. 4º — São vinculadas à Secretaria dos Transportes e Obras, as seguintes entidades da Administração Indireta: II — Sociedade de Economia Mista: Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina — COHAB/SC.
	DEC.	7.290	16/03/1979	Vinculação da entidade para efeito de Supervisão Governamental.
	DEC.	19.381	16/05/1983	Art. 1º - Ficam vinculadas, para efeito de supervisão, coordenação, fiscalização e controle, as seguintes entidades: XII - à Secretaria do Bem-Estar Social: a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina S.

	DEC.	7	27/03/1987	A. - COHAB/SC Art. 1º - Ficam desvinculadas dos órgãos indicados no artigo 1º do Decreto nº 19.381, de 13 de maio de 1983, e vinculadas, para efeito de supervisão, coordenação, fiscalização e controle, as seguintes entidades: V - ao Gabinete do Secretário de Estado Extraordinário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente: a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC.
	DEC.	1250	30/12/1987	Art. 1º. Ficam desvinculadas do Gabinete do Secretário de Estado Extraordinário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, e vinculadas, para efeito de supervisão, coordenação e controle à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente as seguintes entidades: b) a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB/ SC.
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	DEC.	19.378	11/05/1983	Altera a denominação da Secretaria do Bem estar Social para Secretaria do Desenvolvimento Social.
<b>ÓRGÃO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>			<b>ASSUNTO</b>
	<b>ESPÉCIE</b>	<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	

SECRETARIA DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	DEC.	405	17/08/1987	Passa as atribuições da Secretaria do Desenvolvimento Social para a .....
------------------------------------------------------------	------	-----	------------	------------------------------------------------------------------------------

---

**ATIVIDADE: Atendimento ao Menor**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
ABRIGO DE MENORES	DEC.	78	22/08/1935	Autoriza criar um Abrigo de Menores, vinculado ao Juiz de Menores.
	DEC.LEI	479	02/10/1940	Organiza o Quadro Administrativo; subordinado à Secretaria do interior e Justiça.
	DEC.LEI	3.017	04/08/1944	Regulamento
	DEC.	8.026	12/11/1969	Denomina Educandário XXV de Novembro.
EDUCANDARIO XXV DE NOVENBRO	DEC.	8.026	12/11/1969	Sucedo o Abrigo de Menores.
	LEI	4.547	31/12/1970	Subordinada à Secretaria dos Serviços Sociais (art. 36,XI,a)
	DEC.	68	05/02/1976	Incorpora ao patrimônio da Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor os bens do Educandário XXV de Novembro.
CENTRO DE RECEPÇÃO E TRIAGEM DO MENOR	LEI	4.743	30/06/1972	Cria, na Secretaria dos Serviços Sociais.
CENTRO EDUCACIONAL PARA MENORES	LEI	4.744	30/06/1972	Cria, na Secretaria dos serviços Sociais
ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	



FUNDAÇÃO CATARINENSE DO BEM ESTAR DO MENOR	LEI	5.089	30/04/1975	Autoriza instituir (art. 88)
	DEC.	664	30/07/1975	Institui
	DEC.	665	30/07/1975	Estatuto
	DEC.	1.547	30/09/1976	Estatuto
	DEC.	2.613	17/05/1977	Supervisionada pela Secretaria da Saúde e Promoção Social.
	DEC.	7.290	16/03/1979	Supervisionada pela secretaria do Bem Estar Social.
	DEC.	7.763	04/06/1979	Estatuto
	-	-	-	Regimento, publicado no Diário Oficial do Estado de 07/04/1980.
	DEC.	10.436	25/03/1980	Supervisionada pela Secretaria do Bem Estar Social.
	DEC.	15.824	08/12/1981	Altera Estatuto
	DEC.	19.381	13/05/1983	Supervisionada pela Secretaria de Desenvolvimento Social.
	DEC.	31.115	19/12/1986	Estatuto
	DEC.	405	17/08/1987	Supervisionada pela Secretaria do Trabalho e do desenvolvimento Comunitário.

**ATIVIDADE: Caça e Pesca**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
DIRETORIA DE CAÇA E PESCA	LEI	527	12/09/1951	Cria, subordinada a Secretaria da Viação Pública e Agricultura e aprova convênio entre a União e o estado para execução de atividades.
SERVIÇO DE CAÇA E PESCA	LEI	786	27/10/1952	Subordinada a Secretaria da Agricultura ligada à caça e pesca.
	DEC.	16	31/08/1955	Fixa atribuições, subordinada a Diretoria de Produção Animal da Secretaria da Agricultura.
	LEI	3.003	29/12/1961	Extingue.
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE CAÇA E PESCA	LEI	3.003	29/12/1961	Cria, como Autarquia, subordinada ao Governador.
	DEC.	2.103	03/11/1964	Cria o Centro de Pesquisa e Extensão da Pesca.
	DEC.	2.465	22/01/1965	Regulamento
	DEC.	672	02/09/1971	É órgão descentralizado da Secretaria da Agricultura.
	DEC.	1.244	02/08/1976	É autarquia vinculada a Secretaria da Agricultura.
	LEI	5.295	19/04/1977	Extingue
ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	

INSTITUTO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA PESCA	DEC.	4.806	17/04/1978	Cria, na Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.
	DEC.	17.212	07/07/1982	Integra a estrutura da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.
	DEC.	17.864	08/09/1982	Fixa atribuições
ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA PESQUEIRA DO ESTADO DE SANTA CATRINA - ACARPESC	-	-	-	Estatuto publicado no Diário Oficial de 14/01/1980. Sociedade civil sem fins lucrativos, de prestação de assistência técnica, econômica e social ao pescador.
	DEC.	17.212	07/07/1982	É entidade agregada a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.
	DEC.	1.626	05/05/1988	Integra a Comissão Estadual de Pesquisa Pesqueira
	DEC.	1.675	17/05/1988	Vincula a Secretaria da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação
COMISSÃO ESTADUAL DE PESQUISA PESQUEIRA	DEC.	1.626	06/05/1988	Cria, na Secretaria da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação.
	DEC.	2.077	23/08/1988	Inclui na .... a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária.

**ATIVIDADE: Cadastro Territorial, Terras Devolutas, Colonização e Reforma Agrária**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
LEI DE TERRAS	LEI	601	18/09/1850	É uma resposta jurídica à realidade fundiária no Brasil: Revalida as sesmarias; Legitima as posses; conceitua terras devolutas, etc. E, cria os Juízes Comissários de Medição (eram Engenheiros ou Agrimensor, 1856 até 1892).
DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS, TERRAS E COLONIZAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, CORREIOS E TELÉGRAFOS	DEC.	1.318	30/01/1854	Manda regulamentar a Lei nº 601 de 18/09/1850.
	LEI	70	22/05/1893	Autoriza a criação de órgão responsável por Terras e Colonização. Atribui a .... as atividades ligadas a Terras e Colonização.
	LEI	109	30/10/1893	
REPARTIÇÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	LEI	204	15/10/1895	Na Lei orçamentária nº 204, de.....consta um órgão denominado Repartição de Terras, Colonização e Obras Públicas.
COMISSARIADO GERAL DO ESTADO	LEI	282	08/10/1897	Autoriza criar, sob o título de Registro Torres.
	LEI	571	20/08/1903	Anexa a Diretoria de Viação, Terras e Obras Públicas.
DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COLONIZAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	LEI	328	23/09/1898	Atribui as atividades de colonização.
ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	

DIRETORIA DE VIAÇÃO, TERRAS E OBRAS PÚBLICAS	LEI	518	03/09/1901	Cria a Diretoria de Viação, Terras e Obras Públicas. Autoriza desanexar da Diretoria de Viação, Terras e Obras Públicas o Serviço de Terras e Colonização, que passará a constituir Diretoria Especial.
	LEI	1.186	05/10/1917	
DIRETORIA DE TERRAS	LEI	1.196	26/09/1918	Vincula a Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas a Agricultura. Altera a denominação da Diretoria de Terras para Diretoria de Terras e Colonização.
	DEC.	1.172	1918	
DIRETORIA DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E AGRICULTURA	DEC.	82	30/12/1931	Transforma em Diretoria de Terras e Colonização.
DIRETORIA DE TERRAS E COLONIZAÇÃO	DEC. LEI	476	1940	Altera a Diretoria de Terras e Colonização para Diretoria de Geografia e Terras. Retorna a denominação de Diretoria de Terras e Colonização. A Diretoria de Terras passa a denominar-se Diretoria de Terras e Colonização. Fixa atribuições Dispõe sobre a organização da .....
	DEC. LEI	811	1943	
	LEI	134	28/09/1948	
	DEC.	4.296	03/01/1953	
	DEC.	16	31/08/1955	
<b>ÓRGÃO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>			<b>ASSUNTO</b>
	<b>ESPÉCIE</b>	<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	

INSTITUTO DE REFORMA AGRÁRIA DE SANTA CATARINA - IRASC	LEI	2.939	09/12/1961	Cria o IRASC e extingue a Diretoria de Terras e Colonização.
	LEI	3.182	26/04/1963	Altera a Lei 2939/61, que cria o IRASC.
	DEC.	672	02/09/1971	É órgão descentralizado da Secretaria da Agricultura.
	DEC.	1.244	20/08/1976	É Autarquia vinculada a Secretaria da Agricultura.
	LEI	5.295	19/04/1977	Extingue. É substituído por COLECATE
COORDENAÇÃO DE LEGITIMAÇÃO E CADASTRAMENTO DE TERRAS DEVOLUTAS - COLECATE	DEC.	4.806	17/04/1978	Órgão responsável por Terras e Colonização, integrante da Secretaria da Agricultura.
	DEC.	17.864	08/09/1982	Fixa atribuições
	PORT. DEC.	47 1.675	10/10/1978 17/05/1988	Dispõe sobre funcionamento Transforma em Coordenação de Terras e Reforma Agrária.
COORDENADORIA DE TERRAS E REFORMA AGRÁRIA - COTERRA	DEC.	1.675	17/05/1988	Cria, pela transformação da extinta COLECATE.
COMISSÃO ESTADUAL DE REFORMA AGRÁRIA	DEC.	2.357	19/10/1988	Cria
DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DIAF	-	-	15/03/1991	Cria, subordinada a Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

**ATIVIDADE: Ciência e Tecnologia**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
INSTITUTO TECNOLÓGICO DE SANTA CATARINA - ITESC	LEI	2.771	31/07/1961	Autoriza criar, como entidade autárquica, com o objetivo de realizar pesquisas de caráter experimental e semi-indústria.
SECRETARIA DA TECNOLOGIA E DO MEIO AMBIENTE	LEI DEC. DEC. LEI	5.089 411 2.078 5.295	30/04/1975 06/06/1975 28/12/1976 19/04/1977	Cria (art. 183) Estrutura básica Regimento Interno e cargos em comissão Extingue
FUNDAÇÃO DE AMPARO À TECNOLOGIA E AO MEIO AMBIENTE - FATMA	LEI DEC. DEC. DEC. DEC. RES.  DEC. DEC.  DEC.  RES.  DEC.	5.089 662 663 6.995 8.208 02  18.707 20.054  4  05  2.432	30/04/1975 30/07/1975 30/07/1975 29/12/1978 17/07/1979 25/03/1981  16/12/1982 08/09/1983  03/04/1987  16/06/1987  27/10/1988	Autoriza instituir institui Estatuto Supervisionada pela Casa Civil Estatuto Conselho deliberativo aprova o Regimento Interno. Transfere as atribuições dos itens VII e IX do Estatuto da FATMA ao GAPLAN. Supervisionada pelo Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral Determina os órgãos de assistência direta e imediata à Superintendência e os órgãos de atividade meio. Supervisionada pela Secretaria de Desenv. Urbano e do Meio Ambiente Altera Estatuto
ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DAS MINAS E ENERGIA	DEC. DEC. DEC.	5 1.253 1.254	27/03/1987 30/12/1987 30/12/1987	Cria o cargo de Secretário Extraordinário. Estrutura administrativa Extingue o gabinete do Secretário extraordinário da Secretaria da Ciência e Tecnologia, das Minas e Energia Inclui na estrutura organizacional básica do Poder executivo
EMPRESA CATARINENSE DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMPASC	LEI  DEC.	5.089  1.675	[01]/10/1975  17/05/1988	Dispõe sobre a organização da Administração Estadual, estabelece diretrizes para a modernização administrativa e da outras providências. Cria, como Empresa Pública de direito privado, constituída sob a forma de sociedade por ações. Dispõe sobre a reorganização da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, e da outras providências, como integrar a EMPASC ao Estado.
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENÇÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI	-	-	20/11/1991	Foi criada em 1991, pela fusão do órgão estadual de extensão rural - ACARAESC - e o órgão oficial de pesquisa agropecuária – EMPASC.

**ATIVIDADE: Consultoria Jurídica (representação extrajudicial do Estado, consultoria e assessoramento Jurídico ao Poder Executivo)**



ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
CONSULTORIA JURÍDICA DO ESTADO	LEI	230	04/12/1948	Cria, para prestar assistência Jurídica ao Poder Executivo.
	LEI	2.055	04/08/1959	Subordina a Secretaria da Justiça.
	LEI	2.283	10/02/1960	Amplia atribuições.
	LEI	3.679	02/07/1965	Reorganiza.
	LEI	3.785	29/12/1965	Centraliza os serviços jurídicos e vincula ao Governador.
	DEC.	3.919	03/03/1966	Regulamento.
	LEI	3.885	09/09/1966	Atribui o patrocínio das ações do Estado; altera atribuições.
CONSULTORIA GERAL DO ESTADO	LEI	5.516	28/02/1979	Institui (art. 32); sucede a Consultoria Jurídica do Estado.
	DEC.	7.279	15/03/1979	Dispõe sobre funcionamento
	DEC.	19.298	20/04/1983	Incorpora a Procuradoria Geral do Estado, com a denominação de Consultoria Jurídica.
CONSULTORIA JURÍDICA	DEC.	19.298	20/04/1983	Incorpora a Consultoria Geral do Estado à Procuradoria Geral do Estado com a denominação de Consultoria Jurídica.
	DEC.	24.769	04/02/1985	Institucionaliza o Sistema de Serviços Jurídicos na Consultoria Jurídica.
	DEC.	25.247	11/04/1985	Fixa atribuições dos Consultores Jurídicos.

**ATIVIDADE: Desenvolvimento da Comunidade**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
SUPERINTENDÊNCIA DE AÇÃO COMUNITÁRIA	LEI	5.089	30/04/1975	Cria, na Secretaria do Governo (Art. 82) Vincula a Secretaria do governo, como órgão autônomo. Extingue
	DEC.	1.094	20/07/1976	
	LEI	5.295	19/04/1977	
SECRETARIA DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL	DEC.	1.094	20/07/1976	Atribui as atividades de Ação Comunitária.
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE - FUCADESC	LEI	5.516	28/02/1979	Autoriza constituir (Art. 103 e 113 )
	DEC.	7.299	16/03/1979	Cria Comissão Constitutiva
	DEC.	7.409	19/04/1979	Institui
	DEC.	7.410	19/04/1979	Estatuto
	DEC.	5.598	09/10/1978	Altera sigla
	DEC.	19.381	13/05/1983	Supervisionada pela Secretaria do Bem Estar Social
	DEC.	405	17/08/1987	É prevista sua absorção pela STDC
SECRETARIA DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	DEC.	405	17/08/1987	Transforma a Secretaria do trabalho em Secretaria do trabalho e do Desenvolvimento Comunitário. Inclui na estrutura organizacional básica do Poder Executivo.
	LEI	7.375	20/07/1988	

**ATIVIDADE: Educação**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
Continua....	LEI	16	12/08/1834	Ato Adicional na Constituição de 1824, marca uma nova fase no ensino público catarinense, quando se instalou nas Províncias uma Assembléia Provincial que tinha dentre suas atribuições, legislar sobre o ensino primário e secundário público.
	LEI	35	14/05/1836	Outorga ao Presidente da Província todo poder de mando administrativos e pedagógicos das escolas públicas.
	DOC.	2	01/03/1840	Em 1840 foi estabelecido o Sistema de Instrução na Província de Santa Catarina.
	LEI	13	14/04/1840	Cria a Escola Normal de Primeiras Letras de Desterro.
	LEI	268	01/05/1848	No período de 1848 a 1860, a Instrução Pública é organizada em Lei, sob as ordens de um Diretor Geral.
	LEI	382	01/07/1854	Delega a um Diretor Geral a responsabilidade da orientação e administração do ensino público.
	LEI	600	13/04/1868	Converte a Diretoria Geral das Escolas de Instrução Primária, em Inspeção da Instrução Pública.
	LEI	685	24/05/1872	Extingue a Repartição da Instrução Pública na Província.
	LEI	776	21/05/1875	Recria a Repartição da Instrução Pública na Província.

	ATO ADICIONAL	-	21/02/1881	A Diretoria da Instrução Pública, torna-se responsável pelo ensino público.
SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR / DIRETORIA DO ESTADO	LEI	109	05/03/1893	Atribui a Diretoria do Estado, entre outras, as atividades relativas a Instrução Pública.
INSPETORIA GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA	LEI	445	13/10/1899	Extingue a Diretoria de Instrução Pública e cria a Inspeção de Instrução Pública.
DIRETORIA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA	LEI	518	03/09/1901	Extingue a Inspeção Geral de Instrução Pública e cria a Secretaria Geral dos Negócios do Estado, a qual fica subordinada a Diretoria da Instrução Pública.
	LEI	1.196	26/09/1918	Atribui a Diretoria da Instrução Pública as atividades relativas a Instrução Pública.
	DEC.	448	28/12/1933	Reorganiza a Diretoria da Instrução Pública.
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	DEC.	713	05/11/1935	Transforma a Diretoria da Instrução Pública em Departamento de Educação e institui o Cria o cargo de Superintendente Geral do Ensino.
	DEC.LEI	100	27/04/1938	Subordina ao Superintendente Geral do Ensino o Departamento de Educação. Cria a Inspeção Geral de Escolas Particulares e de Nacionalização do Ensino. Cria a Inspeção de Educação Física.
	DEC.LEI	123	18/06/1938	
	DEC.-LEI	124	18/06/1938	
	DEC.-LEI	125	18/06/1938	
DEC.-LEI	125	18/06/1938		

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
SECRETARIA DE JUSTIÇA, EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEC.	658	04/07/1942	Altera a denominação de Secretaria do Interior e Justiça para atribuir-lhe atividades relativas a Educação.
SECRETARIA DO INTERIOR, JUSTIÇA, EDUCAÇÃO E SAÚDE	LEI	308	24/09/1949	Altera a denominação da Secretaria de Justiça, Educação e Saúde para Secretaria do Interior, Justiça, Educação e Saúde.
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO, SAÚDE A ASSISTÊNCIA SOCIAL	LEI	785	27/11/1952	Cria, pelo desmembramento da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, Educação e Saúde
	DEC.	456	16/03/1953	Dispõe sobre organização administrativa.
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	LEI	1.428	24/01/1956	Autoriza criar a Secretaria da Educação, pelo desmembramento da Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Social.
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	LEI	1.463	30/04/1956	Denomina Secretaria da Educação e Cultura a Secretaria da Educação criada pela Lei 1428/56.
	LEI	1.663	30/04/1956	Desmembrada da Secretaria do Interior e Justiça, Educação e Saúde e Assistência Social, com a criação da Secretaria de Educação e Cultura.
	LEI	2.975	18/12/1961	Reorganiza
	DEC.	8.840	31/12/1969	Dispõe sobre a estrutura administrativa.
	LEI	4.394	20/11/1969	Plano Estadual de Educação, implanta o Avanço Progressivo.
	DEC.	9.150	04/06/1970	Regulamenta o Decreto 8.840/A.

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	LEI	4.547	31/12/1970	Concentra-se em uma só pasta, passando a denominar-se Secretaria da Educação. Reforma do ensino 1º e 2º graus - “Avanço Progressivo”. Extingue a Secretaria da Educação e Cultura e cria a Secretaria da Educação. Estrutura básica.
	LEI	5.692	11/08/1971	
	LEI	5.089	30/04/1975	
	DEC.	403	06/06/1975	
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	LEI	5.295	19/04/1977	Cria. Estrutura Administrativa. Regimento e cargos em comissão.
	DEC.	2.610	17/05/1977	
	DEC.	5.039	07/06/1978	
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	LEI	5.516	28/02/1979	Transforma a Secretaria da Educação e Cultura em Secretaria da Educação. Denomina como Órgão Central a Secretaria de Estado da Educação. O Órgão Central passou a denominar-se Secretaria de Estado da educação, Cultura e desporto. É definida como Secretaria de Estado da Educação. Passa a denominar-se Secretaria de Estado da Educação e Inovação. Estabelece uma gestão descentralizada para a Administração Pública. Altera sua denominação para Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia.(missão de garantir uma educação de qualidade para todos os catarinenses).
	LEI	7.375	20/07/1988	
	LEI	8.240	12/04/1991	
	LEI	9.831	17/02/1995	
	LEI COMP.	243	30/01/2003	
	LEI COMP.	284	28/02/2005	

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SANTA CATARINA - FESC	LEI	3.191	08/05/1963	Autoriza instituir.
	DEC.	7.781	29/04/1969	Estatuto.
	DEC.	7.290	16/03/1979	Vincula a Secretaria de Educação.
	DEC.	1.432	24/10/1974	Estatuto.
	DEC.	10.225	31/01/1980	Estatuto.
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – FCEE	LEI	4.156	06/05/1968	Institui.
	DEC.	3.133	09/08/1977	Estatuto.
	DEC.	7.290	16/03/1979	Vincula a Secretaria da Educação.
	DEC.	8.402	03/08/1979	Estatuto.
	DEC.	1.351	17/02/1988	Vincula a Secretaria da Educação.
GRUPOS ESCOLARES E CURSOS COMPLEMENTARES	DEC.LEI	244	08/12/1938	Nova organização.

ESCOLA DO COMÉRCIO DE SANTA CATARINA	DEC.-LEI	60	09/02/1938	Muda denominação do Curso de Comércio do Instituto Politécnico passa denominar-se Escola de Comércio de SC
--------------------------------------	----------	----	------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**ATIVIDADE: Energia Elétrica**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
				Em 1918, através da Lei nº 1196, de 26 de setembro, os serviços de luz e força foram atribuídos a Secretaria da Fazenda, Viação e Obras Públicas e Agricultura.
COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA	LEI	505	13/08/1951	Cria na Secretaria da Viação e Obras Públicas.
	DEC.	16	31/08/1955	Fixa competência, sediado na Secretaria da Agricultura.
	LEI	3.366	23/12/1963	Organização administrativa e quadro de pessoal.
	LEI	5.295	19/04/1977	Extingue.
SERVIÇO DE LUZ E FORÇA DE FLORIANÓPOLIS	DEC.	16	31/05/1955	Atribui competência para os serviços de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica em Florianópolis, sediado na Secretaria de Agricultura.
EMPRESA DE LUZ E FORÇA DE FLORIANÓPOLIS – ELFA S.A.	DEC.	21	09/12/1955	Normas para organização de Sociedade por ações para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica em Florianópolis.



ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA – CELESC S.A.	LEI	1.365	04/11/1955	Autoriza instituir.
	DEC.	22	09/12/1955	Fixa normas para organizar Sociedades por Ações.
	DEC.FED.	41.128	12/03/1957	Transfere do Estado para a CELESC a exploração dos sistemas de produção e exploração de energia elétrica.
	LEI	4.547	31/12/1970	Art. 35, X, assuntos que constituem a área de competência da Secretaria de Serviços Públicos – SSP.
	DEC.	2.624	17/05/1977	Vincula ao Gabinete do Vice-Governador.
	LEI	5.579	27/09/1979	Amplia área de competência.
	DEC.	17.035	08/06/1982	Vincula ao Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral.
	DEC.	19.381	13/05/1983	Vincula ao Gabinete do Vice-Governador.
	DEC.	28.541	24/02/1986	Vincula ao Gabinete de Planejamento e Coordenação geral.
	DEC.	7	27/03/1987	Ficam desvinculados dos órgãos indicados no art. 1º do Dec. Nº 19.381, de 13/05/1983, e vinculadas, para efeito de supervisão, coordenação, fiscalização e controle, a CELESC ao Gabinete do Secretário de Estado Extraordinário da Ciência e Tecnologia, das Minas e Energia.
DEC.	1.253	30/12/1987	Vincula a Secretaria de Ciência e Tecnologia da Minas e Energia.	
DEC.	3.261	15/05/1989	Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Minas,	

				Energia.
ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
ELETRIFICAÇÃO RURAL DE SANTA CATARINA - ERUSC	LEI	4.824	16/01/1973	Autoriza
	LEI	5.089	30/04/1975	Autoriza transferir acervo da extinta Comissão de Energia Elétrica a ERUSC (art.172,§ 2º)
	LEI	5.295	19/04/1977	Atribui o programa de eletrificação rural a ERUSC.
	DEC.	2.624	17/05/1977	Vincula ao Gabinete do Vice-Governador.
	-	-	-	Estatuto, publicado no Diário Oficial do estado de 10/03/1978.
	LEI	5.579	27/09/1979	Altera competência.
	DEC.	17.035	08/06/1982	Vincula ao Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral.
	DEC.	19.381	13/05/1983	Vincula ao Gabinete do Vice-Governador.
	DEC.	28.541	24/02/1986	Vincula ao Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral.
	DEC.	440	26/08/1987	Dispõe sobre a convocação das Assembleias Gerais para fins de desativação do ERUSC.
	DEC.	7	27/03/1987	Vincula a Secretaria da Ciência e Tecnologia da Minas e Energia.
	DEC.	1.375	26/02/1988	Autoriza a CELESC a absorver os empregados da ERUSC. Art. 1º - Fica a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC autorizada a absorver os empregados da Eletrificação Rural de Santa Catarina S.A. - ERUSC, com vínculo empregatício reconhecido até a data

de 31 de dezembro de 1987, lotando-os em quadro especial, a ser extinto à medida que se vagarem os cargos ou funções.

**ATIVIDADE: Esporte**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
CONSELHO REGIONAL DE DESPORTOS	DEC.	293	17/08/1951	Regimento.
	DEC.	10.048	08/02/1971	Altera o Regimento aprovado pelo decreto 293/51.
	DEC.	395	23/07/1973	Regimento.
	DEC.	2.610	17/05/1977	Integra a estrutura da Secretaria da Educação e Cultura.
	DEC.	7.760	04/06/1979	Vincula a Secretaria da Cultura, do Esporte e do Turismo.
	DEC.	13.380	21/01/1981	Regimento.
	-	-	-	Regimento, publicado no Diário Oficial de 20/05/1983.
	DEC.	1258	30/12/1987	É órgão deliberativo da Secretaria da Cultura e do Esporte.
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO / DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	DEC.	272	22/03/1976	Cria, na Secretaria da Educação o Departamento de Educação Física e Desportos, responsável pela prática do esporte no Estado.
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	LEI	5.295	19/04/1977	Atribui as atividades ligadas ao esporte.
	DEC.	2.610	17/05/1977	Atribui as atividades de esporte e educação física.
	DEC.	5.039	07/06/1978	Fixa atribuições da Unidade Operacional de

				Educação Física e Desportos (Artigo 56 a 58).
ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
SECRETARIA DA CULTURA, DO ESPORTE E DO TURISMO / COORDENAÇÃO DE DESPORTOS	LEI	5.516	28/02/1979	Cria e dispõe sobre (Art. 31,44 e 207).
	DEC.	7.290	16/03/1979	Entidades vinculadas.
	DEC.	7.760	04/06/1979	Vincula o Conselho Regional de Desportos.
	DEC.	9.759	03/12/1979	Estrutura básica
	DEC.	9.760	03/12/1979	Regimento e cargos em comissão.
	DEC.	468	27/08/1987	Altera denominação para Secretaria da Cultura e do Esporte.
SECRETARIA DA CULTURA E DO ESPORTE/ COORDENAÇÃO DE DESPORTOS	DEC.	468	27/08/1987	Altera denominação da Secretaria da Cultura, do Esporte e do Turismo.
	DEC.	1.258	30/12/1987	Estrutura organizacional básica.

**ATIVIDADE: Geografia e Cartografia (elaboração de mapas, demarcação de limites)**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
DIRETORIA DE GEOGRAFIA E TERRAS / SERVIÇO DE GEOGRAFIA	DEC.LEI	476	16/09/1940	Cria o Serviço de Geografia na Diretoria de Terras e Colonização, que passa a denominar-se Diretoria de Geografia e Terras, subordinado à Secretaria da Viação, Obras Públicas e Agricultura.
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E GEOLOGIA	DEC. LEI	811	31/07/1943	Cria Reorganiza e altera denominação para Departamento Estadual de Geografia e Cartografia.
	DEC. LEI	240	14/10/1946	
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA	DEC.LEI	240	14/10/1946	Cria. Vincula a Secretaria de Tecnologia e do Meio Ambiente. Extingue.
	DEC.	411	06/06/1975	
	LEI	5.295	19/04/1977	
FUNDAÇÃO DE AMPARO À TECNOLOGIA E AO MEIO AMBIENTE - FATMA	DEC.	8.208	17/07/1979	Atribui competência para fazer mapas, elaborar trabalhos de Geografia e Cartografia e demarcar limites.
SUBCHEFIA DE ESTATÍSTICA, GEOGRAFIA E INFORMÁTICA	DEC.	19.525	08/06/1983	Cria, no Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral.
	DEC.	20.054	08/09/1983	Transfere para a .....as competências fixadas no Decreto 8208/17/07/1979.

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
SUBSECRETARIA DE ESTADO GEOGRÁFICOS E ESTATÍSTICOS	DEC.	1.014	20/11/1987	Cria, na Secretaria de Coordenação Geral e Planejamento.
COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS DE LIMITES INTERMUNICIPAIS E INTERDISTRITAIS	DEC.	1.897	29/06/1988	Cria.

**ATIVIDADE: Indústria e Comércio**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS, TERRAS E COLONIZAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, CORREIOS E TELÉGRAFOS	LEI	109	30/10/1893	Atribui as atividades relativas a indústria e ao comércio, subordinadas a Secretaria do Interior.
DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COLONIZAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	LEI	328	23/09/1898	Atribui as atividades relativas a indústria e ao comércio, subordinadas a Secretaria de Obras Públicas e Finanças.
SECRETARIA DA FAZENDA, VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA	LEI	1.196	26/09/1918	Atribui as atividades relativas a indústria e ao comércio.
<p><b>No período 1923-1955 não consta, na Legislação pesquisada, órgão específico relativo às atividades de indústria e comércio, que só aparecem formalmente no organograma do Estado, quando é atribuído a Secretaria da Agricultura o fomento da indústria animal, através dos Dec. 429 c/ 03/01/1953 16/31/08/1955.</b></p>				
PLANO DE METAS DO GOVERNO - PLAMEG	LEI	2.772	21/06/1961	Criar o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário e Industrial.
	DEC.	323	14/08/1961	Cria o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário e Industrial.
	LEI	3.791	30/12/1965	Inclui entre as metas IIº PLAMEG o apoio a industrialização.

	LEI	7.652	20/01/1969	Cria o Grupo Executivo Industrial no PLAMEG.
	DEC.	253	16/05/1972	Extingue o Grupo Executivo Industrial.
ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE	LEI	744	17/08/1961	Aprova Convênio que cria o BRDE, entre cujos objetivos inclui-se o desenvolvimento industrial, expansão e re-equipamento industrial e instalações de novas indústrias.
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDESC	LEI	3.390	23/12/1962	Institui, para promoção do desenvolvimento econômico do Estado cabendo sua administração ao Banco do Desenvolvimento do Estado.
	LEI	4.223	26/09/1968	Cria o Conselho Administrativo do FUNDESC.
	LEI	4.343	03/07/1969	Inclui entre os objetivos do FUNDESC o financiamento de empreendimentos industriais e de infra-estrutura.
	DEC.	7.653	20/01/1969	Regulamenta o FUNDESC.
	LEI	5.159	04/11/1975	Transforma o FUNDESC em Programa de Apoio a Capitalização de Empresas – PROCAPE.
PROGRAMA DE APOIO A CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS - PROCAPE	LEI	5.159	04/11/1975	Cria o PROCAPE, entre cujos objetivos inclui-se a industrialização do Estado.
	DEC.	90	19/02/1976	Estrutura organizacional do PROCAPE.
	LEI	5.557	29/06/1979	Dispõe sobre objetivos e administração do PROCAPE.
	DEC.	28.718	04/04/1986	Extingue o PROCAPE.
	LEI	4.547	31/12/1970	Cria a Coordenação de Expansão Industrial.



SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	LEI	5.089	30/04/1975	Extingue a Secretaria do desenvolvimento Econômico.
ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
SECRETARIA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO	LEI	5.089	30/04/1975	Cria (art. 183).
	DEC.	410	06/06/1975	Estrutura Organizacional Básica.
	DEC.	1.048	13/07/1976	Regimento interno e Cargos em Comissão.
	LEI	5.516	28/02/1979	Fixa área de competência (art. 44).
	DEC.	14.048	21/05/1981	Estrutura organizacional básica.
	DEC.	14.049	21/05/1981	Regimento Interno e Cargos em Comissão.
	DEC.	468	27/08/1987	Altera denominação e atribui atividades ligadas ao turismo.
SECRETARIA DA INDUSTRIA DO COMÉRCIO E DO TURISMO	DEC.	468	27/08/1987	Atribui atividades ligadas ao turismo.
	DEC.	1.267	31/12/1987	Estrutura organizacional básica.
	LEI	7.375	20/07/1988	Fixa área de competência.
	LEI	7.320	08/06/1988	Cria o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) e o Fundo de Apoio ao desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina, regulamentado pelo Dec. 3305/26.05.89.
	DEC.	3305	02/06/1989	Disciplina o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense – PRODEC.
MINERAÇÃO E CIMENTO VALE ITAJAÍ S.A.	AGE		30/12/1899	Dispões sobre liquidação.

**ATIVIDADE: Instituições Culturais (Museus, Teatros, Bibliotecas, Arquivos)**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
BIBLIOTECA PÚBLICA	LEI	373	26/01/1854	Cria, estabelecida no prédio ocupado pela Assembléia Legislativa Provincial.
TEATRO ÁLVARO DE CARVALHO	DEC. DEC.	196 1.304	09/08/1956 1988	Regulamento. Tombamento
MUSEU HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE SANTA CATARINA	LEI	196	30/11/1948	Cria. Obs.: Não foi intitulado.
MUSEU DE ARTE MODERNA	DEC. DEC.	433 457	18/03/1949 16/08/1957	Cria. Regulamento.
MUSEU HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO DE SANTA CATARINA	LEI	1974	12/02/1959	Cria. Obs.: Não instalado.
MUSEU DIDÁTICO	DEC.	539	13/08/1963	Dispõe sobre....
	LEI	5.476	01/10/1978	Cria.

MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA	LEI	6.900	1986	Transfere para o Palácio Cruz e Souza.
ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
MUSEU ETNOGRÁFICO – CASA DOS AÇORES	DEC.	5.487	09/10/1978	Cria, com sede em São Miguel, município de Biguaçu.
MUSEU DE ARTE	DEC.	5.039	07/06/1978	Fixa atribuições.
MUSEU DA IMAGEM E DO SOM	PORT.	3.864	19/09/1978	Designa Comissão para criação. Obs.: Não foi instalado.
ESCOLA DE ARTE	DEC.	5.039	07/06/1978	Fixa atribuições.
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA / DIRETORIA DE CULTURA	LEI	1.463	30/04/1956	Cria e fixa atribuições.
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA / UNIDADE OPERACIONAL DE ASSUNTOS CULTURAIS	DEC.	5.039	07/06/1978	Fixa atribuições.
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	LEI	5.516	28/02/1979	Cria; autoriza instituir a Fundação Catarinense de Cultura.
	DEC.	7.298	19/03/1979	Cria Comissão Constitutiva da Fundação Catarinense de Cultura.
	DEC.	7.439	24/04/1979	Institui a Fundação Catarinense de Cultura.
	DEC.	7.440	24/04/1979	Estatuto da Fundação Catarinense de Cultura.
	DEC.	9.759	03/12/1979	Estrutura básica.

	DEC. DEC.	9.760 468	03/12/1979 27/08/1987	Regimento e cargos em comissão. Altera denominação para Secretaria da Cultura e do Esporte.
ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - APESC	LEI	1.196	26/09/1918	Cria. Não prosperou e foi extinto espontaneamente
	DEC	186	28/12/1931	Recriado e também não prosperou
	DEC	349	10/05/1933	É extinto
	LEI	2.378	28/06/1960	É criado em definitivo
	LEI	381	07/05/2007	Mantém o Arquivo vinculado à Secretaria de Estado da Administração, afeto a Diretoria de Gestão Documental.
	LEI COMP.	468	09/12/2009	Vinculou o Arquivo Público do Estado à Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina - DIOESC, subordinado à Secretaria de Estado da Administração, como órgão normativo do Sistema de Gestão Documental, com a finalidade de implementar a política estadual de arquivos, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação, do acesso e da divulgação do patrimônio documental do Estado de Santa Catarina. O APESC está dividido em duas gerências, a saber: Gerência de Gestão Documental - GEDOC e Gerência de Recuperação Documental - GERED.

--	--	--	--	--

**ATIVIDADE: Justiça**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
SECRETARIA DO INTERIOR / DIRETORIA DE JUSTIÇA, INSTRUÇÃO PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E POLÍCIA	LEI LEIS ORÇ.	109 445 446	1893 13/10/1899 -	Extingue a Secretaria do Governo. Reorganiza as Secretarias de Estado: Secretaria do Interior e da Fazenda.
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA / DIRETORIA DO INTERIOR E JUSTIÇA	LEI	328	23/09/1898	Atribuições; Justiça, Polícia, Seg. Pública, Forças Estaduais. Representação Geral Estadual e Municipal, Eleições. Recenseamento, estatística, Divisão Civil e Judiciária. Composta de : Diretoria Interior e Justiça, Diretoria Instrução Pública e Diretoria de Higiene.
SECRETARIA GERAL DOS NEGÓCIOS DO ESTADO/DIRETORIA INTERIOR E JUSTIÇA	LEI	518	03/09/1901	Atribuições...
SECRETARIA DE JUSTIÇA	LEI  DEC.	1.006  4.789	16/09/1906  25/12/1930	Lei n. 1.006, de 17.09.1906, suprimiu-se o cargo de Chefe de Polícia, ficando a Secretaria de Justiça denominada doravante de Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça e da Segurança Pública. Desmembrou as sobreditas Pastas que passaram a ser entes autônomos.
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA / DIRETORIA DO INTERIOR E JUSTIÇA.	LEI	1.196	26/09/1918	Restabelece a Secretaria do Interior e Justiça, integrada por Dir. Do Interior e Justiça e Dir. Instrução Pública.

				Área: PM, Polícia Civil, Higiene, Estatística, Assistência Pública e Privada, Eleições, IOESC....
ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
SECRETARIA DE JUSTIÇA, EDUCAÇÃO E SAÚDE	DL	658	04/07/1942	Altera de: SIJ para Secretaria de Justiça, Educação e Saúde
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA, EDUCAÇÃO E SAÚDE	LEI	308	1949	Altera de Secretaria de Justiça, Educação e Saúde para Secretaria do Interior e Justiça, Educação e Saúde.
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA	LEI	2.055	04/08/1959	Reorganiza, constituída de : Assessoria Municipal, IOES, Penitenciária, Abrigo de Menores, Cons. Jurídica, Conselho Penitenciário.

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA	DEC.	455	16/03/1953	Organiza. Reorganiza, integrada por: Consultoria Jurídica, Penitenciária, IOESC, Abrigo, Arquivo Público, Ass. Municipal. Atribuições: Relacionamento com Poder Judiciário, Corpo Consular, Adm. Penitenciária, Cons. Jurídica, Arquivo Público, Coord. do Desenvolvimento microrregional. Estrutura Básica SEIJ (Registro Decreto 670/13.05.76).
	LEI	3.679	02/07/1965	
	LEI	5.089	30/04/1975	
	DEC.	401	06/06/1975	
ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
SECRETARIA DA JUSTIÇA	LEI	5.295	19/04/1977	Altera de SIJ para SEJ.
	DEC.	2.609	17/05/1977	Estrutura básica da SEJ.
	DEC.	4.133	21/12/1977	Regimento SEJ.
	DEC.	11.278	25/06/1980	Estrutura básica SEJ.
	DEC.	11.279	25/06/1980	Regimento SEJ.

--	--	--	--	--

**ATIVIDADE: Meio Ambiente, Defesa Ambiental e Ecologia**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
	LEI	997	06/10/1914	Cria, na Secretaria Geral dos Negócios do estado, o Serviço Florestal e o Horto Florestal, para defesa das matas e estudo de espécies à formação de Florestas.
	LEI	1.537	06/10/1926	Atribui ao Inspetor Geral do Patrimônio do Estado a defesas das matas, o reflorestamento e a poda da erva-mate.
	DL	132	11/07/1938	Dispõe sobre a defesa do patrimônio florestal, no Serviço de Fomento da Produção Vegetal da Secretaria da Fazenda e da Agricultura.
	LEI	181	22/11/1948	Cria, na Secretaria da Viação, Obras Públicas



	DEC.	429	03/01/1953	e Agricultura, o Serviço Florestal, para cumprimento da legislação florestal.
	LEI	2.727	16/06/1961	Atribui ao Serviço Florestal da Secretaria da Agricultura, competência para proteger florestas e preservar a flora. Cria, na Secretaria da Agricultura, com sede em Curitiba, o Serviço Florestal, para proteger as florestas, organizar reservas florestais e preservar a flora.
SERVIÇO DE ESTUDO E CONSERVAÇÃO DO SOLO	DEC.	16	31/08/1955	Cria, na Secretaria da Agricultura, e atribui a esta Secretaria a defesa da flora e da fauna e a defesa das florestas.
DIRETORIA DO SERVIÇO DE EXPANSÃO AGRÍCOLA E PASTORIL	DEC.-LEI	91	08/04/1938	Dá nova denominação passando para Diretoria do serviço do Fomento da Produção Animal.
ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
COORDENAÇÃO DOS PARQUES FLORESTAIS	DEC.	672	02/09/1971	Cria, na Secretaria da Agricultura.
SECRETARIA DA TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE	LEI	5.089	30/04/1975	Cria e confere competência para defesa ambiental, reservas florestais, barragens e irrigação.
	DEC.	411	06/06/1975	Estrutura organizacional básica.
	DEC.	2.078	28/12/1976	Regimento e cargos em comissão.
	LEI	5.295	19/04/1977	Extingue.
FUNDAÇÃO DE AMPARO À TECNOLOGIA E AO MEIOAMBIENTE - FATMA	LEI	5.089	30/04/1975	Autoriza instituir.
	DEC.	662	30/07/1975	Institui.
	DEC.	663	30/07/1975	Estatuto.
	DEC.	6.995	29/12/1978	Supervisionada pela Casa Civil.
	DEC.	7.290	16/03/1979	Supervisionada pelo Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral.

	DEC.	8.280	17/07/1979	Estatuto.
	DEC.	4	03/04/1987	Supervisionada pela Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.
	DEC.	2.432	31/10/1988	Altera Estatuto.
CONSELHO DE TECNOLOGIA E DO MEIO AMBIENTE	LEI	5.516	28/02/1979	Prevê, vinculado ao Gabinete de Planejamento e Coordenação geral.
	DEC.	7.755	01/06/1979	Regimento.
	DEC.	18.707	17/12/1982	Integra a estrutura do Gabinete de Planejamento e Coordenação geral.
	DEC.	343	04/08/1987	Transfere para a Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.
	DEC.	1.250	30/12/1987	Integra a estrutura da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.
ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
BESC S.A. REFLORESTADORA - REFLORESC	RES. DO CPF	661	06/12/1979	Autoriza constituição (Diário Oficial de 06/12/79).
	-	-	-	Autoriza transformar em Sociedade Anônima e altera denominação: Assembléia Geral Extraordinária (Diário Oficial de 17/10/80 e 05/11/87).
	DEC.	440	26/08/1987	Convoca Assembléia Geral Extraordinária para promover Extinção.
SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AMBIENTAL	DEC.	18.708	16/12/1982	Fixa atribuições: subordinada ao Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral.
	DEC.	19.380	11/05/1983	Transforma e inclui na estrutura da Secretaria da Indústria e do Comércio.

SERVIÇO ESPECIAL DE DEFESA AMBIENTAL	DEC.	20.731	06/09/1983	Atribui ao Ministério Público competência para reprimir agressões ao meio ambiente.
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	LEI	6.739	16/02/1985	Cria. Regimento Interno. Transfere para o Gabinete do Secretário Extraordinário do desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. Integra a Secretaria do Desenvolvimento e do Meio Ambiente.
	DEC.	28.458	14/02/1986	
	DEC.	343	04/08/1987	
	DEC.	1.250	30/12/1987	
<b>ÓRGÃO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>			<b>ASSUNTO</b>
	<b>ESPÉCIE</b>	<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE	DEC.	4	27/03/1987	Cria o cargo d Secretário Extraordinário do desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e fixa atribuições. Estrutura organizacional básica. Extingue o Gabinete do Secretário Extraordinário do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. Integra a estrutura organizacional do Estado.
	DEC.	1.250	30/12/1987	
	DEC.	1.254	30/12/1987	
	LEI	7.375	20/07/1988	
	-	-	-	Disposições da Constituição Estadual de 05/10/89 relativas ao meio ambiente art. 10, item VI, art. 101 e 107.

--	--	--	--	--

**ATIVIDADE: Obras Públicas (Construção civil de Obras Públicas: Construção, Conservação e Reforma)**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
SECRETARIA DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICA - SVOP	LEI	1.539	08/10/1926	Art. 1º, cria na Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, a Inspectoria de Estradas de Rodagem e de Minas
	LEI	13	14/11/1935	Cria a SVOP, constituída da Diretoria de Obras Públicas – DOP e da Diretoria de Estrada e Rodagem.
	DEC.	171	04/07/1946	Cria, na SVOP, a Diretoria de Viação e Obras Pública.
	DEC.	431	11/02/1953	Atribui a Diretoria de Obras Públicas, a execução e conservação das Obras Públicas.

SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS - STO	LEI	4.547	31/12/1970	Cria a STO, que absorve os órgãos da estrutura administrativa da SVOP.
STO / DEPARTAMENTO AUTONOMO DE EDIFICAÇÕES - DAE	LEI	4.547	31/12/1970	O Art. 42 item IX cria o DAE como Autarquia vinculada pelo DEC. 405/06.06.75 a STO, dotada de personalidade jurídica de direito público interno e patrimônio próprios, com autonomia administrativa. Obs.: O DAE absorve a antiga DOP. Dá estrutura administrativa ao DAE; fica a atribuição de projetar, construir, conservar as obras civis de interesse da administração estadual; cria 12 Distritos Regionais; quadros próprios, compostos de estatutários e celetista Fixa estrutura organizacional básica. Regimento.
	LEI	4.789	31/10/1972	
	DEC. DEC.	1.181 943	20/10/1975 24/06/1976	
ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO / DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE EDIFICAÇÕES – DAE	DEC.	7	27/03/1987	Vincula a Secretaria da Administração para fins de supervisão.
	DEC.	1.497	19/04/1988	Estrutura organizacional básica; vinculado a Secretaria de Administração, com personalidade jurídica de direito público interno, autonomia administrativa, operacional, financeira e patrimonial; fixa atribuições; nominata dos cargos em comissão.
	DEC.	1.912	04/07/1988	Substitui o Anexo II do Decreto 1497/19.04.1988, que fixa nominata dos cargos em comissão.

--	--	--	--	--

**ATIVIDADE: Planejamento e Orçamento**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DE OBRAS E EQUIPAMENTOS	LEI	1.365	04/11/1955	Prova o Plano de Obras e Equipamentos e cria sua Comissão Executiva.
	DEC.	645	19/12/1955	Regulamenta a Comissão Executiva.
	LEI	1.627	18/12/1956	Altera a Lei 1365/55, que cria a Secretaria Geral.
	DEC.	62 A	17/01/1957	Regulamenta a Lei 1627/58.
	DEC.	89	06/04/1959	Estrutura Administrativa da Secretaria Geral.
GABINETE DE PLANEJAMENTO DO PLANO DE METAS DO GOVERNO - PLAMEG	LEI	2.772	21/07/1961	Institui o Plano de Metas do Governo – PLAMEG; incorpora o Plano de Obras e Equipamento ao Gabinete de Planejamento, entidade autárquica.
	DEC.	322	11/08/1961	Regulamento.

	DEC.	1.032	23/02/1962	Regimento Interno, com a estrutura administrativa.
	DEC.	2.202	22/11/1962	Amplia a estrutura administrativa aprovada pelo Dec. 1032/62.
	RESOL.	1/53	-	Regimento Interno da Junta de Controle, publicada no Diário Oficial do Estado de 13/05/1963.
	LEI	3.791	30/12/1965	Dispõe sobre o IIº Plano de Governo para os anos 1966-1970.
	LEI	3.698	12/06/1965	Consolida o Sistema de Administração Programado previsto nas Leis 2772/21.07.61, 3059/06.06.62, 3116/18.09.62, 3150/20.10.62, 3756/22.12.64, 3283/17.08.63, 3426/08.04.64 e 3390/23.12.63.
	DEC.	5.171	27/03/1967	Regimento Interno do IIº Plano de Metas do Governo.
ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	LEI	4.757	23/12/1970	Cria, absorvendo junto do PLAMEG; prevê a Coordenação do Sistema de Planejamento e Orçamento.
	DEC.	41	22/02/1972	Regimento.
	DEC.	1.113	06/09/1974	Dispõe sobre o Sistema Estadual de Planejamento e Orçamento.
	LEI	5.089	30/04/1975	Extingue.
GABINETE DO VICE-GOVERNADOR / COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO	LEI	5.088	06/05/1975	Plano de Governo no período 1975-1979.
	LEI COMP.	04	08/05/1975	Atribui ao Gabinete do Vice-Governador a supervisão e Coordenação do Planejamento.
	LEI	5.089	30/04/1975	Cria o Sistema de Orçamento.

	DEC.	303	20/05/1975	Cria o Sistema de Planejamento. Situa o Órgão no Gabinete do Vice-governador. Institui a Fundação “Instituto Técnico de Economia e Planejamento – ITEP”, como suporte do Sistema de Planejamento. Institui mecanismo de acompanhamento e execução de Plano de Governo.
	DEC.	72	09/02/1976	
	DEC.	1.216	27/10/1975	
	DEC.	2.076	28/12/1976	
GABINETE DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL – GAPLAN  Continua...	LEI	5.516	28/02/1979	Cria, vincula ao Gabinete do Governador. Transforma a Supervisão do Sistema de Planejamento e Orçamento do Gabinete do Vice-Governador em Subchefia de Planejamento (anexo I-A). Cria a Comissão Técnica de Planejamento.
	LEI	5.520	28/02/1979	
	PORT.	5	30/04/1979	Disciplina funcionamento da Comissão Técnica de Planejamento. Estrutura Administrativa. Regimento e cargos em comissão. Extingue a Subchefia para a Política de Desenvolvimento Regional, cria a Subchefia de Estatística, Geografia e Informática na estrutura do GAPLAN e extingue a Fundação Instituto Técnico de Economia e Planejamento – ITEP.
	PORT.	34	-	
	-	-	16/12/1982	
	DEC.	18.707	16/12/1982	
	DEC.	18.708	08/06/1983	
	DEC.	19.525	-	
SECRETARIA DE ESTADO DE COORDENAÇÃO	LEI	7.375	20/07/1988	Transforma o Gabinete de Planejamento e Coordenação geral.



GERAL E PLANEJAMENTO – SEPLAN	DEC.	2.913	30/12/1988	Dispõe sobre o Sistema Estadual de Planejamento.
-------------------------------	------	-------	------------	--------------------------------------------------

**ATIVIDADE: Previdência do Servidor Público**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
	LEI	314	16/09/1898	Fica criado através desta Lei, aprovado pelo Governador Hercilio Pedro da Luz o Montepio obrigatório, que tem por fim prover a subsistência e amparar o futuro das famílias dos funcionários.

MONTEPIOS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE SANTA CATARINA	LEI	825	15/09/1909	Cria, subordinado ao Tesouro do Estado. Regulamento. Regimento Interno.
	DEC.	472	08/10/1909	
	DEC.	31	29/05/1934	
	DEC.LEI	17	05/01/1938	Art. 1ª. cria o cargo de diretor do Montepio dos funcionários públicos do Estado, subordinado ao secretário da Fazenda e Agricultura.
	DEC.	411	30/12/1939	Autoriza a compra do sobrado da casa comercial A Capital.
	LEI	369	15/12/1949	Consolida disposições legais do Montepio dos Funcionários públicos de Santa Catarina.
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – IPESC	LEI	3.138	11/12/1962	Transforma em Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina -IPESC.
	LEI	3.138	11/12/1962	Cria.
	DEC.	1.181	30/12/1963	Regulamento.
	LEI	4.547	31/12/1970	Vincula a Secretaria dos Serviços Sociais (art. 36).
	DEC.	1.175	16/11/1971	Autoriza criar Delegacias Regionais.
	LEI	4.828	29/01/1973	Cria o Conselho Deliberativo (art. 9º).
	LEI	5.249	30/06/1976	Altera a Lei 3138, de 11/12/62, que dispõe sobre o IPESC.
	DEC.	2.512	02/05/1977	Consolidação das Leis de Previdência Social do Estado de Santa Catarina.
	LEI	2.614	17/05/1977	Vinculada a Secretaria da Administração e do Trabalho.
	DEC.	4.599	13/03/1978	Aprova Regulamento da Lei 3138, de 11/12/1962.
	DEC.	7.120	16/12/1979	Regulamento do Pessoal do IEPESC.
	DEC.	7.290	16/03/1979	Vincula a Secretaria da Administração.
	DEC.	19.381	13/05/1983	Vincula a Secretaria da Administração.
	PORT.	421	25/05/1983	Institui Boletim de Serviço para publicação

	LEI COMP.	412	26/06/2008	dos Atos do IPESC. Dispõe sobre a organização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina e adota outras providências. Mudança na sigla de IPESC para IPREV
--	-----------	-----	------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**ATIVIDADE: Processamento de Dados**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE SANTA CATARINA- CPDESC	LEI	4.384	07/11/1969	Autoriza criar, como Sociedade Anônima de Economia Mista.
	LEI	4.987	25/04/1974	Modifica a Lei nº 4384/69 que autoriza criar.
	DEC.	658	20/06/1974	Estabelece normas para constituição.

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE SANTA CATARINA - PRODASC	DEC. DEC.  DEC. LEI -  DEC. DEC. LEI	419 736  2.624 5.516 -  19.381 28.541 5.298	06/06/1975 11/08/1975  17/05/1977 28/02/1979 -  13/05/1983 24/02/1986 19/04/1977	Cria Comissão Constitutiva. Constitui, como Sociedade Anônima de Economia Mista. Vincula ao Gabinete do Vice-Governador. Integra o Sistema CODESC. Estatuto, publicado no Diário Oficial do estado de 08/04/80. Vincula ao Gabinete do Vice-Governador. Vincula a Secretaria da Fazenda. Transforma em CIASC.
CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DE SANTA CATARINA – CIASC	-  Continua... DEC. DEC. DEC. DEC.  DEC.	-  7 412 3.256 3.258  3.257	-  27/03/1987 21/08/1987 16/05/1989 16/05/1989  16/05/1989	Altera denominação “Companhia de Processamento de Dados de Santa Catarina” - PRODASC, para “Centro de Informática e Automação de Santa Catarina – CIASC” por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de 13/07/87, publicada no Diário Oficial do Estado de 29/07/87. Vincula ao Gabinete do Governador. Cria a Comissão Estadual de Informática. Fixa política estadual de informática. Altera o Decreto nº 412/87, que cria a Comissão Estadual de Informática. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Informática e Automação.

--	--	--	--

**ATIVIDADE: Publicação dos atos oficiais**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
				No período 1850-1889 a publicação dos atos oficiais é freqüentemente feita pelos jornais dos partidos que dominam o Governo da província, no período 1889-1930 permanece esta tendência, até a criação da Imprensa Oficial do Estado em 1934, quando, em 1º de

				março, circula o primeiro número do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina - DOE.
IMPrensa Oficial do Estado de Santa Catarina - IOESC	DEC.	483	05/02/1934	Cria, como Departamento subordinado a Secretaria do Interior e Justiça.
	DEC.	64	24/01/1957	Reorganiza e regulamenta.
	DEC.	4.215	17/06/1966	Concede autonomia financeira.
	LEI	4.547	31/12/1970	Transforma em Autarquia, subordinada a Secretaria da Administração.
	LEI	5.089	30/04/1975	Transforma em Empresa Pública, com a razão social Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina S.A. - IOESC.
	DEC.	364	30/05/1975	Vincula ao Gabinete do Vice-Governador.
	DEC.	417	06/06/1975	Cria Comissão constitutiva.
	DEC.	921	17/09/1975	Dispõe sobre constituição como Empresa Pública.
	DEC.	2.624	17/05/1977	Vincula ao Gabinete do Vice-Governador.
	DEC.	7.290	16/03/1979	Vincula ao Gabinete do Vice-Governador.
	DEC.	17.035	08/06/1982	Vincula à Casa Civil.
	DEC.	29.284	16/06/1986	Transforma em Autarquia e vincula à Casa Civil para fins de supervisão.
	DEC.	29.285	16/06/1986	Estrutura organizacional básica.
	DEC.	30.524	07/10/1986	Regimento Interno, Cargos em Comissão e Funções Gratificadas.
	DEC.	7	27/03/1987	Vincula a Secretaria da Administração para fins de supervisão.
Continua....				Obs.: O artigo 10 da Lei 1235, de 01/11/1918 subordina a Imprensa Oficial a Secretaria da Fazenda, Viação e Obras Públicas. [O art. 2º da Lei 1196, de 26/09/1918 atribui a Secretaria do Interior e Justiça as atribuições n] da Imprensa Oficial.

	LEI	7.648	18/06/1989	Art. 1º - A "Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina - IOESC" é uma autarquia, dotada de personalidade jurídica de direito público interno, patrimônio e receitas próprios, autonomia administrativa, financeira, operacional e patrimonial.
	DEC.	100	31/03/2003	III – à Secretaria de Estado da Administração: a) Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina – IOESC.

**ATIVIDADE: Saúde Pública**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
REPARTIÇÃO DE HIGIENE PÚBLICA	LEI	24	30/11/1891	Consta, na Lei Orçamentária para o ano de 1892, como órgão destinado aos cuidados da Saúde Pública.
DIRETORIA DE HIGIENE PÚBLICA	LEI	109	30/10/1893	Extingue a Repartição de Higiene e cria a Diretoria de Higiene Pública no âmbito da

	LEI	328	23/09/1898	Secretaria dos Negócios do Interior. Subordinada à Secretaria do Interior e Justiça.
INSPETORIA GERAL DE HIGIENE PÚBLICA	LEI	486	09/10/1900	Na Lei Orçamentária para o exercício de 1901 consta órgão com a denominação de Inspeção Geral de Higiene Pública.
	LEI	518	04/09/1900	Extingue a Inspeção Geral de Higiene Pública, criando o cargo de inspetor de Saúde, a quem fica atribuída a competência da Saúde Pública.
	LEI	944	31/08/1912	Autoriza reorganizar a Inspeção de Higiene Pública.
	LEI	1134	30/09/1916	Reorganiza a Inspeção de Higiene, subordinado-a ao Inspetor de Saúde.
	LEI	1196	26/09/1918	Inclui a Inspeção de Higiene na Secretaria do Interior e Justiça.
<b>ÓRGÃO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>			<b>ASSUNTO</b>
	<b>ESPÉCIE</b>	<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	
DIRETORIA DE HIGIENE DO ESTADO	DEC.	1.308	31/12/1919	Reorganiza a Inspeção de Higiene, denominando-a Diretoria de Higiene do Estado.
DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA – DSP	LEI	138	31/12/1936	Transforma a Diretoria de Higiene em Departamento de Saúde Pública.
	LEI	161	02/09/1937	Cria o cargo de Superintendente Geral de Saúde Pública.



DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE SAÚDE PÚBLICA - DASF	LEI	4.547	31/12/1970	Institui o Departamento Autônomo de Saúde como Autarquia, vinculada à Secretaria da Saúde.
	DEC.	10	24/03/1971	Regulamento.
	DEC.	346	26/03/1976	Estrutura Administrativa.
	DEC.	5.320	14/06/1978	Estrutura Administrativa.
	DEC.	5.321	14/07/1978	Regulamento.
	DEC.	19.445	26/05/1983	Nova Estrutura Administrativa.
	DEC.	30.037	18/08/1986	Regimento e cargos em comissão.
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA, EDUCAÇÃO E SAÚDE	DEC.	658	04/07/1942	Transforma Secretaria do Interior e Justiça em Secretaria do Interior e Justiça, Educação e Saúde.
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	LEI	785	27/10/1952	Cria, desmembrada da Secretaria do Interior e Justiça, Educação e Saúde.
	DEC.	456	16/03/1953	Dispõe sobre a organização administrativa.
<b>ÓRGÃO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>			<b>ASSUNTO</b>
	<b>ESPÉCIE</b>	<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	
SECRETARIA DA SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	LEI	1.428	24/01/1956	Cria.
SECRETARIA DA SAÚDE	LEI	4.547	31/12/1970	Cria.
	DEC.	8	24/03/1871	Regulamento.
	LEI	5.089	30/04/1975	Consta da Lei de Organização Administrativa 5089/1975.

	LEI	5.295	19/04/1977	Transforma em Secretaria da Saúde e Promoção Social.
SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	LEI LEI	5.295 5.516	19/04/1977 28/02/1979	Cria. Extingue.
SECRETARIA DA SAÚDE	LEI DEC. DEC. LEI	5.516 19.444 29.307 7.375	28/02/1979 26/05/1983 18/06/1986 25/07/1988	Restabelece a denominação da Saúde. Organização administrativa. Regimento e cargos em comissão. Fixa área de competência.
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE SAÚDE	LEI  DEC. LEI	3.555  3.172 4.547	27/11/1964  15/09/1965 31/12/1970	Institui, supervisionada pela Secretaria da Saúde e Assistência Social. Estatuto. Autoriza incorporar a Fundação Hospitalar de Santa Catarina.
<b>ÓRGÃO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>			<b>ASSUNTO</b>
	<b>ESPÉCIE</b>	<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	
FUNDAÇÃO MÉDICO-HOSPITALAR CATARINENSE	LEI	3.765	12/12/1965	Institui, constituída do Hospital dos Servidores do Estado, Hospital Infantil Edith Gama Ramos, Maternidade Carmela Dutra e Associação Santa Catarina de Reabilitação.
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SANTA	LEI	4.547	31/12/1970	Altera a denominação da Fundação Médico-Hospitalar Catarinense para Fundação

CATARINA	DEC.	12.979	04/12/1980	Hospitalar de Santa Catarina e incorpora diversos hospitais e maternidades. Estatuto, alterado pelos Decretos n° 27.629/85, 26.703/85, 28.665/86 e 32/87.
----------	------	--------	------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**ATIVIDADE: Segurança Pública - Polícia Civil**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	N°	DATA	
DIRETORIA DE JUSTIÇA, INSTRUÇÃO PÚBLICA E POLÍTICA	-	-	-	Em 1893 passa existir, na Secretaria do Interior, a Diretoria de Justiça, Instrução Pública e Política e, subordinada a esta última, uma Repartição de polícia.

PREFEITURA DE POLÍCIA	-	-	-	De 1893 a 1910 consta, nas Leis Orçamentárias, um órgão de natureza policial civil denominado Prefeitura de Polícia.
CHEFATURA DE POLÍCIA	LEI	856	18/10/1910	Dispõe sobre a organização policial civil do Estado, dirigida pelo Chefe de polícia, sob a supervisão do Governador.
	LEI	883	11/11/1910	Na Lei Orçamentária nº 883, de 11/11/10 consta um órgão de natureza policial civil denominado Chefatura de Polícia, que permanece até 1935.
	LEI	1.297	16/09/1919	Reorganiza a Polícia Civil, subordinada ao Governador.
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA / SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA	LEI	12	12/11/1935	Cria.
	LEI	59	31/12/1935	Autoriza reorganizar.
	LEI	132	13/11/1936	Autoriza reorganizar.
	LEI	3.427	09/05/1964	Reorganiza; reestrutura o Quadro Pessoal e cria a Escola de Polícia.
	LEI	4.265	07/01/1969	Reorganiza.
	DEC. DEC.LEI	8.389 24	03/09/1969 07/01/1939	Regimento. Atribuindo fiscalização do trânsito nas vias públicas.
<b>ÓRGÃO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>			<b>ASSUNTO</b>
	<b>ESPÉCIE</b>	<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	
SECRETARIA DA SEGURANÇA E INFORMAÇÕES	LEI	4.547	31/12/1970	Altera denominação, confere atribuições na área da informação e contra informações.
	DEC.	1.021	26/10/1971	Disciplina funcionamento.
	DEC.	51	28/02/1973	Regimento Interno.
	LEI	5.089	30/04/1975	Prevê o Sistema de Segurança e Informações.
	DEC.	404	06/06/1975	Estrutura administrativa.
	DEC.	3.898	01/12/1977	Estrutura administrativa.
	DEC.	4.141	23/12/1977	Regimento.

	DEC.	4.600	13/03/1978	Implanta o sistema da Segurança e Informações, com o Órgão Central sediado na Divisão Central de Informações.
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	DEC.	19.378	11/05/1983	Altera denominação. Regimento, cargos em comissão e funções de confiança. Fixa atribuições.
	DEC.	27.877	10/12/1985	
	LEI	7.375	25/07/1988	
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	LEI	8.240	13/04/1991	Dispõe sobre os órgãos da Administração Pública Direta e da outras providencia.
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA DO CIDADÃO	LEI COMP.	243	30/01/2003	Estabelece nova estrutura administrativa do Poder Executivo.
SERVIÇO DE REGISTRO DE ESTRANGEIRO	DEC.LEI	239	05/12/1938	Cria o serviço na Secretaria da Segurança Pública

**ATIVIDADE: Segurança Pública - Polícia Militar**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
CORPO DE GUARDAS MUNICIPAIS VOLUNTÁRIOS	-	-	30/12/1899	Criado em 10 de outubro d 1831; citado no artigo 1º da Lei nº 12, de 05/05/1835 e extinto por esta Lei.
FORÇA POLICIAL	LEI	12	05/05/1835	Em 05 de maio de 1835, conforme Lei nº 12, foi criada a Força Policial, empregada para manter a ordem pública na cidade do Desterro

				e no território de seu.....sendo, nesta ocasião, extinto o corpo de Guardas Municipais Voluntários.
FORÇA POLICIAL PROVINCIAL	LEI	118	23/04/1839	A partir de 1839 a Força Policial passou a ter ação no âmbito de toda a Província de Santa Catarina.
	-	-	1865	Incorporação de voluntários Policiais-Militares aos Batalhões do Exército para combate na Guerra do Paraguai.
	-	-	1894	Combate contra as forças rebeldes da Província do Rio Grande Sul, que pretendia invadir território Catarinense.
	-	-	1912	Campanha contra o Banditismo “Guerra do Contestado” no Planalto Norte e Meio Oeste Catarinense.
<b>ÓRGÃO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>			<b>ASSUNTO</b>
	<b>ESPÉCIE</b>	<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	
FORÇA PÚBLICA DO ESTADO	LEI	1.137	30/09/1916	Denominada Força Pública do Estado a organização policial militar do estado. Autoriza criar uma seção de Bombeiros, cedida à Força Pública do Estado; em 26/09/1926, foi inaugurada esta seção.
	-	-	1924	Participação em combates no movimento revolucionário no Estado de São Paulo.
	-	-	1930	Participação em movimento revolucionário oriundo do Rio Grande do Sul.
	-	-	1932	Destaca-se a Corporação com a vitória na renhida e sangrenta “Batalha do Buri”.

	-	-	1964	Participação na “Revolução Democrática”.
PENITENCIARIA	LEI	1.501	24/09/1925	Autorizando o Governador a organizar o regime penitenciário do Estado.
	LEI	1.547	20/10/1926	Organiza o Regimento Penitenciário.
	LEI	1.675	29/08/1930	Organiza.
FORÇAS POLICIAIS	-	-	30/12/1899	Esta denominação surge pela primeira vez em 1937, na Constituição Federal de 10/11/1937. No Estado, surge pela primeira vez em 1939, na Lei de fixação do efetivo. O Decreto-Lei Federal nº 1.202 de 08/04/1939, dá ao Interventor Federal competência para fixar o efetivo das forças policiais.
<b>ÓRGÃO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>			<b>ASSUNTO</b>
	<b>ESPÉCIE</b>	<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	
POLÍCIA MILITAR	-	-	-	Na Constituição Federal de 18/09/1946 surge, pela primeira vez, a denominação Polícia Militar (art. 5º, inciso XV, letra f). O artigo 183 fixa a competência da Polícia Militar.
	LEI	6.217	10/02/1983	Lei de Organização Básica.
	LEI	6.218	10/02/1983	Subordinada operacionalmente ao Secretário da Segurança Pública.
	DEC.	19.237	14/03/1983	Regulamento da Lei de Organização Básica nº 6217/83.
	EMENDA CONST.	25	26/05/1987	Subordinada Operacionalmente ao Governador do Estado.

DELEGACIA DA ORDEM POLÍTICA E SOCIAL	DEC.LEI DEC.LEI DEC.LEI DEC.LEI	195 206 251 619	19/09/1938 08/10/1938 21/12/1938 31/03/1942	Dispõe sobre..... Estabelece varias medidas de ordem policial. Define atribuições. Reorganiza.

**ATIVIDADE: Sistema Financeiro**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
	LEI	1.375	15/09/1921	Autoriza contratar a organização de Banco para operar no Estado.
	LEI	1.328	17/05/1945	Autoriza subscrição de Capital e abertura de crédito para constituição do Banco do Estado de Santa Catarina.
BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - BESC	LEI	2.719	27/05/1961	Autoriza organização de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina BDE. Obs Alterada pela Lei 4750/30.06.1972.



	DEC.	149	13/06/1961	<p>Constitui Comissão Fundadora. Carta Patente nº 6777/14.02.1962. Prospecto de lançamento da subscrição pública de capital (Diário Oficial do Estado de 06/07/61 e 29/11/1961). Publicação no Diário Oficial de 22/07/1971. Ata da AGE de 29/04/69 (Diário Oficial de 24/12/69), alterando a denominação de Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina para Banco do Estado de Santa Catarina. Dá nova redação à Lei 5089/1975. Art. 53. São sociedades de economia mista as seguintes entidades: II – Banco do Estado de Santa Catarina S. A. – BESC Institui Regime de Administração Especial Temporário, suspenso por Ato do banco Central de 27/02/1989 (Diário Oficial da União de 01/03/1989).</p>
	-	-	-	
	-	-	-	
	ESTAT.	-	-	
	-	-	-	
	LEI	5.516	28/02/1979	
	DEC.LEI	2.321	25/02/1987	
ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
BESC FINANCEIRA S.A.				<p>Constituída em Escritura Pública de 19/01/65, como empresa particular sob a denominação de Companhia Catarinense de Crédito, Financiamento e Investimentos; em 23/03/65 foi autorizado funcionamento através da Carta Patente nº 238 de 23/03/65. Em 05/07/72, em virtude de aquisição, pelo Banco do Estado de Santa Catarina, do controle acionário, teve sua Razão Social alterada para BESC Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, tendo o</p>

	DEC.	6	19/01/1976	Estatuto sido publicado no Diário Oficial do Estado de 13/07/72. Inscrição na Junta Comercial do Estado nº 42.30000.254/2. É empresa do Sistema CODESC.
CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL DE SANTA CATARINA	LEI	4.222	23/09/1968	Autoriza a Caixa Estadual de Santa Catarina, como entidade autárquica vinculada à Sec. da Fazenda.
	DEC.	8.117	03/07/1969	Regulamenta a Lei 422/68 e altera a denominação para Caixa Econômica Estadual de Santa Catarina – CEESA.
	LEI	4.547	31/12/1970	Vincula ao Gabinete do Governador (art. 44).
	LEI	5.089	30/04/1975	Autoriza transformar a autarquia Caixa Econômica Estadual de Santa Catarina – CEESA em Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista (art. 181).
Continua...	DEC.	607	17/07/1975	Constitui, como Sociedade de Economia Mista, sob a denominação de Caixa Econômica do Estado de Santa Catarina – CEESA. Em 21/07/75, foi lavrada escritura de transformação de Autarquia em Sociedade de Economia Mista, homologada pelo Banco central em expediente DIORG/CHEFIA 75/77; foi registrada na Junta Comercial do Estado sob nº 42.420 de 12/08/75.
	LEI	5516	28/02/1979	Autoriza transformação em Sociedade de Crédito Imobiliário (art. 210).
BESC S.A. - CRÉDITO IMOBILIÁRIO – BESCRI	-	-	-	Ata da AGE de 18/05/1979 (DO 18/06/1979) transforma a Caixa Econômica Estadual em

	-	-	-	<p>Sociedade de Crédito Imobiliário, com a denominação de BESC S.A. - Crédito Imobiliário – BESCRI.</p> <p>Ata da AGE de 26/06/1979 (DO 27/06/1979): aprova a AGE de 18/06/1979 e transforma definitivamente a CEESA em BESCRI.</p> <p>Carta Patente da BESCRI: 3305681/1979.</p>
<p>BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. – BESCVAL</p> <p>Continua...</p>	DEC.	6	19/01/1976	<p>A-70/3785, de 11/01/1971 foi à empresa particular Vicente Scala – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, posteriormente adquirida pela Companhia Catarinense de Crédito, Financiamento e Investimentos (também particular).</p> <p>Em 25/05/1972 foi alterada a denominação para “Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado de Santa Catarina S.A., tendo sido arquivada na Junta Comercial do estado sob nº 36.949, de 30/11/1972”.</p> <p>Em 15/03/73 a denominação foi alterada para BESC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BESCVAL. Tendo sido arquivada na Junta Comercial do Estado sob nº 001.348.2, em 23/05/78 (DO 07/06/78), juntamente com o Estatuto.</p> <p>É empresa do Sistema CODESC.</p>
BOLSA OFICIAL DE VALORES DE SANTA CATARINA			23 a 24/01/1978	Fundida com a Bolsa de Valores do Rio Grande do Sul.

COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE SANTA CATARINA - CODISC	LEI	5089	30/04/1975	Cria, sob forma de Sociedade de Economia Mista.
	DEC.	440	26/08/1987	Convoca Assembléias Gerais (AGE), para fins de desativação.
	LEI	7724	13/09/1989	Autoriza extinção, incorpora ao BADESC, e dá outras providências.
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – BADESC  Continua...	LEI	4.950	11/11/1973	Autoriza constituir, como Sociedade Anônima de Economia Mista.
	DEC.	264	05/05/1975	Obs.: Lei 4547, de 31/12/70 no art. 43, V já precisava a constituição do Banco. A Lei 5089, de 30/04/75 (art. 174) altera a Lei 4950/73.
	-	-	-	Institui Comissão de Estruturação e Organização.
	ESTAT.	-	04/05/1975	Ata da Assembléia Geral de Constituição (DO de 25/07/75).
	LEI	5.516	28/02/1979	Estatuto.
	DEC.LEI	2.321	25/02/1987	Institui Regime de Administração Especial
	-	-	-	Dá nova redação à Lei 5089/1975. Art. 53.
			São sociedades de economia mista as seguintes entidades: III – Banco do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S. A.- BADESC.	
			Temporária, cessada por Ato do Banco central publicado no Diário Oficial da União de.....	
			Carta Patente I-350, de 06/08/1975, publicada no Diário Oficial da União de 20/08/1975.	
			Ata da 1ª AGO: 08/03/1976.	
			Ata da 1ª AGE: 09/10/1975 (Diário Oficial de	

				13/10/1975). Estatuto Social: 20/03/1979. Regime Interno 10/01/1980. Registro na Junta Comercial do Estado: nº 42.469, de 12/08/75. Assembléia de Constituição: 20/12/1974 DO 20/12/1974. Carta Patente A-F-74/3243. Atos constitutivos arquivados na JUCESC sob nº 42.414/75, de 29/07/1975.
ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SANTA CATARINA - CODESC	LEI DEC. DEC.	5.089 418 6	30/04/1975 06/06/1975 19/01/1975	Prevê constituição (art. 55), e fixa objetivos. Cria Comissão Constitutiva. Constitui a CODESC, holding do Sistema Financeiro Estadual, composto pelo BESC, BADESC, BESCREDI, BESCVAL, BESCAM, CEESA, BESCTUR, BRDE/Agência de SC.
	DEC. RES. RES.	7 76/76 61/77	19/01/1975 14/06/1976 15/02/1977	Estatuto (DO 16/06/1976) Estrutura organizacional. Regimento Interno.

	DEC.	2.623	17/05/1977	Vincula ao Gabinete do Governador.
	DEC.	7	27/03/1987	Vincula a Secretaria da Fazenda.
	-	-	-	Ata de Constituição.
	-	-	-	Ata de 13/10/1977: substitui o Estatuto de 03/05/1976 (DO 11/11/1977).
CONSELHO DA POLÍTICA FINANCEIRA - CPF	DEC.	74	10/02/1976	Cria o CPF e dispõe sobre a política financeira estadual.
	DEC.	322	25/03/1976	Atribui a Secretaria Executiva do CPF ao Diretor Superintendente da CODESC.
	LEI	5.516	28/02/1979	É órgão do Gabinete do Governador.
	DEC.	7.288	16/03/1979	Dispõe sobre o CPF e sobre a política financeira do Estado.
	LEI	5.685	09/05/1980	Atribui a Presidência do CPF ao Secretário da Fazenda.
	DEC.	12.078	10/09/1980	Dispõe sobre o CPF e sobre a política financeira do Estado.
	DEC.	19.643	01/07/1983	Dispõe sobre o CPF e sobre a política financeira do Estado.
<b>ÓRGÃO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>			<b>ASSUNTO</b>
	<b>ESPÉCIE</b>	<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	
BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE	LEI	744	17/08/1961	Convênio SC/PR/RS institui o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul.
	DEC.	6	19/01/1976	É empresa do Sistema CODESC.
	LEI	5.516	28/02/1979	Autoriza transformação em Sociedade por Ações (art. 209).

--	--	--	--	--

**ATIVIDADE: Trabalho (formação de mão de obra, treinamento, mercado de trabalho, assuntos sindicais, assistência às entidades de classe)**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
SECRETARIA DO TRABALHO	LEI	1.460	09/04/1956	Cria. Transforma em Secretaria do Trabalho e Habitação.
	LEI	3.608	07/01/1965	
SECRETARIA DO TRABALHO E HABITAÇÃO	LEI	3.608	07/01/1965	Cria, pela transformação da Secretaria do Trabalho. Absorvida pela Secretaria dos Serviços Sociais.
	LEI	4.547	31/12/1970	

SECRETARIA DOS SERVIÇOS SOCIAIS	LEI LEI	4.547 5.089	31/12/1970 30/04/1975	Cria a Coordenação do trabalho e Emprego. Transforma em Secretaria do Trabalho e Promoção Social.
SECRETARIA DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL	LEI DEC. LEI	5.089 412 5.295	30/04/1975 06/06/1975 19/04/1977	Cria. Estrutura Administrativa. Extingue, passando as atribuições da Coordenação do trabalho e Assuntos Sindicais para a Secretaria da Administração e Trabalho.
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO	LEI	5.295	19/04/1977	Atribui as atividades relativas a Coordenação do Trabalho e Assuntos Sociais.
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO E INTEGRAÇÃO POLÍTICA	DEC.	7.344	05/04/1979	Altera a denominação para Secretaria Extraordinária do Trabalho e Integração Política.
<b>ÓRGÃO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>			<b>ASSUNTO</b>
	<b>ESPÉCIE</b>	<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO TRABALHO E INTEGRAÇÃO POLÍTICA	DEC.	7.362	11/04/1979	Fixa atribuições do Secretário de Estado.
	DEC.	19.320	02/05/1983	Altera denominação do cargo de Secretário Extraordinário do Trabalho e Integração Política para Secretário Extraordinário do Trabalho.
	LEI	6.290	07/11/1983	Extingue.
SECRETARIA DO TRABALHO	LEI	6.290	07/11/1983	Cria e fixa atribuições.
	DEC.	22.781	17/07/1984	Estrutura administrativa.
	DEC.	22.782	17/07/1984	Regimento e cargos em comissão.



SECRETARIA DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	DEC.	405	17/08/1987	Altera a denominação da Secretaria do Trabalho; fixa atribuições.
FUNDAÇÃO CATARINENSE DO TRABALHO	LEI	5.089	30/04/1975	Autoriza criar, vinculada a Secretaria do Trabalho e Promoção Social.
	DEC.	424	06/06/1975	Cria Comissão Constitutiva.
	DEC.	733	11/08/1975	Institui.
	DEC.	734	11/08/1975	Estatuto.
	DEC.	2.614	17/05/1977	Vincula a Secretaria da Administração e Integração Política.
	DEC.	7.764	04/06/1979	Estatuto.
	DEC.	19.381	13/05/1983	Vincula ao Gabinete do Secretario Extraordinário do Trabalho.
	DEC.	22.782	17/07/1984	Vincula a Secretaria do Trabalho.
	DEC.	405	17/08/1987	Vincula a Secretaria do trabalho e do Desenvolvimento Comunitário.

**ATIVIDADE: Transporte e Obras**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
REPARTIÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	LEI DEC.	1.209 7	22/09/1888 07/05/1890	Cria. Extingue.
DIRETORIA DE OBRAS PÚBLICAS COLONIZAÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E ARTES, CORREIOS E TELÉGRAFOS - DOP	LEI	109	30/10/1893 22/05/1893	Cria, subordinada à Secretaria Geral dos Negócios do Interior. Autoriza a sua criação.

SECRETARIA DA FAZENDA, VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA	LEI	328	23/09/1898	Cria, subordinada a Secretaria de Obras Públicas e Finanças.
DIRETORIA DA VIAÇÃO, TERRAS E OBRAS PÚBLICAS	LEI	518	04/09/1901	Cria, subordinada a Secretaria Geral dos Negócios do Estado.
	LEI	1.186	05/10/1917	Desanexa o Serviço de Terras e Colonização.
SECRETARIA DA FAZENDA, VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E AGRICULTURA	LEI	1.196	26/09/1918	Cria, constituída da Diretoria de Obras Públicas e Viação.
	LEI	1.539	08/10/1926	Cria, a Inspetoria de Estradas de Rodagem e de Minas, passando para esta as atribuições da Diretoria da Viação e Obras Públicas relativas a estradas.
	DEC.	42	30/12/1933	Denomina a Inspetoria de Estrada de Rodagem.
<b>ÓRGÃO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>			<b>ASSUNTO</b>
	<b>ESPÉCIE</b>	<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	
SECRETARIA DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	LEI	13	14/11/1935	Cria, constituída da Diretoria de Obras Públicas e da Diretoria de Estradas de Rodagem e atribui as atividades de água, luz, esgotos, usinas, força hidráulica, telefones e navegação.
	LEI	72	20/08/1936	Regulamento.
	DEC.LEI	393	19/12/1939	Transfere para a Secretaria da Viação e Obras Públicas o Serviço de Agricultura pertencente à Secretaria da Fazenda e Agricultura, passando a nova Secretaria a denominar-se: Secretaria da Viação, Obras Públicas e

	DEC.	217	01/10/1944	Agricultura. Transforma a Diretoria de Estradas de Rodagem em departamento.
SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS - STO	LEI	4.547	31/12/1970	Cria, absorvendo os órgãos da Secretaria da Viação e Obras públicas, o DER e parte do extinto Plano de Metas do Governo; transforma a Diretoria de Obras Públicas em Departamento Autônomo de Edificações – DAE.
	DEC.	343	07/06/1972	Estrutura Administrativa.
	DEC.	405	06/06/1975	Estrutura Administrativa.
	DEC.	321	24/03/1976	Regimento e cargos em comissão.
	DEC.	2.611	17/05/1977	Estrutura administrativa.
	DEC.	3483	06/10/1977	Regimento e cargos em comissão.
	DEC.	12.250	29/09/1980	Estrutura administrativa.
	DEC.	12.251	29/09/1980	Regimento e cargos em comissão.
	DEC	7	27/03/1987	Vincula o Departamento Autônomo de Edificações a Secretaria da Administração
<b>ÓRGÃO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>			<b>ASSUNTO</b>
	<b>ESPÉCIE</b>	<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	
SECRETARIA DOS TRANSPORTES – ST	LEI	7.375	25/07/1988	Altera a denominação da Secretaria dos Transportes e Obras para Secretaria dos Transportes.
	DEC.	402	06/06/1975	Estrutura organizacional básica.
	DEC.	4.770	12/04/1978	Estrutura organizacional básica.
	DEC.	4.771	12/04/1978	Regimento e cargos em comissão.
	LEI	5.516	28/02/1979	Fixa atribuições.
	DEC.	190	25/06/1987	Cria, extingue e transforma órgãos.
	LEI	7.375	25/07/1988	Fixa atribuições.

EMPRESA CATARINENSE DE TRANSPORTES E TERMINAIS - EMCATER	LEI DEC.	5.683 29.281	09/05/1980 16/06/1986	Cria, Empresa Privada. Art. 1º - Fica a Empresa Catarinense de Transportes e Terminais S.A. - EMCATER, empresa pública, transformada em autarquia, sob a denominação de Departamento de Transportes e Terminais - DETER, com personalidade jurídica de direito público interno, patrimônio e receita própria, autonomia administrativa, financeira, operacional e patrimonial.
INSPETORIA DE VEÍCULOS E TRÂNSITO PÚBLICO	DEC-LEI	54	02/02/1938	Cria

**ATIVIDADE: Turismo**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
SERVIÇO ESTADUAL DE TURISMO	LEI	3.684	09/07/1965	Cria, subordinado ao Governador. Extingue.
	LEI	4.240	30/10/1968	
DEPARTAMENTO ATÔNOMO DE TURISMO -	LEI	4.240	30/10/1968	Cria. Vincula à Secretaria do Governo.
	LEI	4.547	31/12/1970	

DEATUR	LEI	5.089	30/04/1975	Extingue.
COMPANHIA DE TURISMO E EMPREENDEMENTOS DE SANTA CATARINA - CITUR	ATA AGE	-	27/06/1977	Autoriza fusão da CITUR com a empresa de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina – TURESC.
	ESTATUTO	-	13/09/1977	Publicado no Diário Oficial do Estado de 13/09/1977.
	DEC.	1.267	31/12/1987	Vincula a Secretaria da Indústria, do Comércio e do Turismo.
EMPRESA DE TURISMO E EMPREENDEMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - TURESC	LEI	5.101	20/06/1975	Autoriza transformar em Secretaria de Economia Mista.
	ATA EGE	-	28/04/1975	Transforma a BESC Empreendimento S.A. em Empresa de Turismo e Empreendimentos do Estado de Santa Catarina S.A. - TURESC (DO 07/05/75).
	LEI	5.295	19/04/1977	Autoriza extinção.
<b>ÓRGÃO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>			<b>ASSUNTO</b>
	<b>ESPÉCIE</b>	<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	
SECRETARIA DA CULTURA, DO ESPORTE E DO TURISMO	LEI	5.516	28/02/1979	Cria e fixa competência (art. 31 e 44).
	DEC.	9.759	13/12/1979	Estrutura administrativa.
	DEC.	9.760	13/12/1979	Regimento e cargos em comissão.
	DEC.	468	27/08/1987	Transfere as atividades de Turismo

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO	DEC.	1.267	31/12/1987	para..... Estrutura administrativa.
---------------------------------------------------	------	-------	------------	----------------------------------------

**ATIVIDADE: Diversas**

ÓRGÃO	LEGISLAÇÃO			ASSUNTO
	ESPÉCIE	Nº	DATA	
ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL – APSFS	LEI	1.404	24/11/1955	Art. 1º O Porto de São Francisco do Sul, cuja concessão, para sua construção e exploração comercial, foi outorgada pela União ao Estado de Santa Catarina, na forma do contrato de 19 de março de 1941, celebrado ex-vi do decreto federal n. 6.912, de 1º daquele mesmo mês e

Continua..	LEI	4.371	27/09/1969	ano, fica considerado organizado, sob a denominação de Administração do Porto de São Francisco do Sul (A.P.S.F.S.). Art. 4º Ficarà sob a fiscalização geral, técnica e contábil da Secretaria da Viação e Obras Públicas – SVOP.
	LEI	4.547	31/12/1970	Reorganiza e adapta o Porto de São Francisco do Sul e sua administração aos dispositivos da Legislação Federal e da outras providencias.
	DEC.	2.611	17/05/1977	Art. 36 - A estrutura das Secretarias compreende, além do Gabinete do Secretário os seguintes órgãos: XII - Secretaria dos Transportes e Obras, b) Órgãos Descentralizados: Administração do Porto de São Francisco do Sul.
	DEC.	12.250	29/09/1980	Art. 4º — São vinculadas à Secretaria dos Transportes e Obras, as seguintes entidades da Administração Indireta: Administração do Porto de São Francisco do Sul —APSFS.
	LEI	7.375	20/06/1988	Dispõe sobre a estrutura organizacional básica da Secretaria dos Transportes e Obras, e dá outras providências. Dispõe sobre a estrutura organizacional básica do Poder Executivo e dá outras providências. A STO passa a se chamar ST (Secretaria de Estado dos Transportes).
COMPANHIA CATARINENSE DE ARMAZENAMENTO - COCAR	LEI	5.089	30/04/1975	Cria, sob a forma de Sociedade de Economia Mista.
	LEI	5.280	26/11/1976	
	DEC.	440	26/08/1987	Altera dispositivos da Lei 5089/75. Dispõe sobre a convocação de Assembléias Gerais,

				das Empresas que menciona, para fins de desativação.
CONGRESSO REPRESENTATIVO	LEI	1.510	26/10/1925	Organização.
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPADESC	LEI	1.051	19/01/1967	Art. 1º É criado o Instituto de Previdência da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (IPADESC), com personalidade jurídica própria, autonomia administrativa e financeira, jurisdição na Capital do Estado e organizado na forma da lei.
	LEI	1.071	08/06/1967	Altera dispositivos da Lei nº 1.051, de 19 de janeiro de 1967 e dá outras providências
	LEI	1.072	25/07/1967	Altera disposições da Lei nº 1.051, de 19 de janeiro de 1967 e dá outras providências.
<b>ÓRGÃO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>			<b>ASSUNTO</b>
	<b>ESPÉCIE</b>	<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA – JUCESC	LEI	68	16/05/1893	Cria
	LEI	4.285	07/04/1969	Reorganiza, prove sobre seus serviços e da outras providencias.
	LEI	4.547	31/12/1970	Art. 36, refere sobre a estrutura da SEF. O inciso V “b” A JUCESC é Órgão Descentralizado da SEF.
	DEC.	3.047	29/07/1977	Dispõe sobre a estrutura organizacional básica da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.



Continua...	DEC.	7.290	16/03/1979	Vincula para efeito de Supervisão Governamental
	DEC.	14.048	21/05/1981	Art. 4º - São vinculadas à Secretaria da Indústria e do Comércio:Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.
	DEC.	19.381	13/05/1983	Vincula à Secretaria da Indústria e do Comércio:a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.
	DEC.	1.267	31/12/1987	Art. 2º. A estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo compreende: V – Nível de Atuação Descentralizada: Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC.